

Documentos para Disseminação

Memória Institucional

23

O CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

Uma trajetória dos estudos
populacionais no IBGE

Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Dyogo Henrique de Oliveira

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente

Roberto Luís Olinto Ramos

Diretor-Executivo

Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas

Claudio Dutra Crespo

Diretoria de Geociências

Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática

José Sant`Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa do Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

Claudia Rodrigues do Prado

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

Documentos para Disseminação

Memória Institucional 23

O Centro Brasileiro de Estudos Demográficos

Uma trajetória dos estudos populacionais no IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 – Centro – 20021-120 – Rio de Janeiro – Brasil

ISSN 0103-6335 **Documentos para Disseminação**

ISSN 0103-6459 **Memória institucional**

Divulga textos sobre aspectos históricos do IBGE e/ou de seus estudos e pesquisas bem como sobre personalidades que contribuíram para a história do Instituto.

ISBN 978-85-240-4431-1 (meio impresso)

© IBGE. 2017

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

Esse volume foi organizado por Leila Regina Ervatti, Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira e Antonio de Ponte Jardim demógrafos do IBGE lotados na Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica da Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas - DPE.

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore

Ilustração

Aldo Victorio Filho e Fabio Muniz de Moura

Coordenação de *Marketing* e Gerência de Editoração/
Centro de Documentação e Disseminação de Infor-
mações -CDDI

O Centro Brasileiro de Estudos Demográficos : uma trajetória dos estudos populacionais no IBGE / [organizado por Leila Regina Ervatti, Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira e Antonio de Ponte Jardim]. - Rio de Janeiro : IBGE, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais, 2017.
64p. - (Documentos para disseminação. Memória institucional, ISSN 0103-6459 ; 23).

ISBN 978-85-240-4431-1

1. Centro Brasileiro de Estudos Demográficos - História. 2. Brasil - População. 3. Demografia - Brasil. 4. Pesquisa histórica. 5. Memória. 6. IBGE - História. I. Ervatti, Leila Regina. II. Oliveira, Antônio Tadeu Ribeiro de. III. Jardim, Antonio de Ponte, 1950-. IV. IBGE. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. V. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 061.27(093)IBGE
RJ/IBGE/2017-23 HIST

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Sumário

Apresentação

Introdução

A importância histórica do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos do IBGE

*Celso Cardoso da Silva Simões
Luiz Antônio Pinto de Oliveira*

A produção do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos e do Departamento de Estudos Populacionais: uma análise dos estudos do Boletim Demográfico divulgado entre 1970 e 1983

Antonio de Ponte Jardim

Os estudos demográficos no IBGE nos dias atuais: Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica

Leila Regina Ervatti

A evolução dos estudos de mortalidade: do Laboratório de Estatística do IBGE-Centro Brasileiro de Estudos Demográficos até a presente data

Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque

A importância dos estudos migratórios no IBGE

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira

Evolução dos estudos de fecundidade no IBGE

Leila Regina Ervatti

Texto histórico (edição fac-similar)

Observações sobre a declaração de filhos tidos nascidos mortos

Valéria da Motta Leite

Sobre os autores

Anexo

Painéis Exposição 50 anos do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos 2017

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

A história da demografia do IBGE se iniciou com os trabalhos para o Censo de 1940, conduzidos pelo demógrafo italiano Giorgio Mortara. Como fundador do Laboratório de Estatística contribuiu no conhecimento da demografia brasileira, especialmente no levantamento, sistematização e análises dos dados demográficos da população. A partir dessa experiência, estavam consolidadas as bases para que em 1967 fosse criado o Centro Brasileiro de Estudos Demográficos – CBED. Idealizado pelo professor João Lyra Madeira e dirigido por ele até o seu falecimento, em 1979, o CBED tornou-se, oficialmente, responsável por elaborar os indicadores e estimativas demográficas, tendo aprofundado e difundido os conhecimentos sobre a população brasileira.

A demografia tem sido fundamental para o cumprimento da missão institucional do IBGE desde a sua fundação. A criação do CBED intensificou a produção de conhecimento demográfico, permitindo maior compreensão da importância dos estudos da dinâmica da população brasileira, fundamentais para o planejamento e definição de políticas públicas e para a compreensão da evolução demográfica no país. Além disso, contribuiu para a consolidação e institucionalização do conhecimento científico relacionado aos fenômenos populacionais.

O presente volume da Série Memória Institucional faz parte das comemorações dos 50 anos de criação do CBED, órgão do IBGE que foi centro de referência nos estudos demográficos nacionais. A publicação visa preservar a memória da demografia na instituição, assim como disseminar o conhecimento acumulado ao longo do tempo, gerando melhor compreensão das transformações pelas quais a população brasileira vem passando. A publicação ainda pretende homenagear os grandes demógrafos Giorgio Mortara e Lyra Madeira, assim como os inúmeros ibgeanos que fizeram parte dessa trajetória, além de celebrar as conquistas alcançadas ao longo do tempo.

David Wu Tai

Coordenador-Geral do
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Introdução

O Centro Brasileiro de Estudos Demográficos - CBED, representou um marco nos estudos e pesquisas demográficos no IBGE. Surgiu da necessidade de sistematização, aprofundamento e divulgação dos estudos voltados para a dinâmica populacional, no âmbito nacional, num momento histórico necessário para se conhecer as relações entre população, sociedade e desenvolvimento. Neste sentido, o CBED é herdeiro do pioneirismo do professor Giorgio Mortara, chefe do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento e fundador do Laboratório de Estatística, que foi responsável pelo levantamento, sistematização e análises dos dados demográficos da população brasileira a partir dos anos 1940, com a proposição e desenvolvimento de técnicas de análise demográfica, com vistas a qualificar as informações sobre o tema.

Com a crescente necessidade de se aprofundar os estudos e as análises sobre a dinâmica da população brasileira, foi criado, em 1967, o CBED, sob a chancela do professor João Lyra Madeira, com o objetivo de aprofundar e difundir conhecimentos sobre a população brasileira, a partir, inicialmente, dos Censos Demográficos brasileiros.

O desdobramento e as explicações sobre o papel que desempenhou o CBED, durante o seu período de existência, encontra-se no primeiro capítulo **“A importância Histórica do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos do IBGE”**, de autoria dos demógrafos Celso Cardoso da Silva Simões e Luiz Antonio Pinto de Oliveira, que destacam o esforço do professor Lyra Madeira e de sua equipe de profissionais, provenientes de diversas áreas de formação, comprometidos com estudos e análises populacionais, com desenvolvimento de novas metodologias e análises sobre a interseção entre os determinantes sociais e econômicos, derivados da dinâmica demográfica brasileira, que se torna urbana, a partir anos 1970.

Os autores destacam o papel do CBED como centro de referência nos estudos demográficos nacionais e a sua contribuição na divulgação de estudos, pesquisas e metodologias referentes à questão demográfica no âmbito do IBGE.

O segundo capítulo intitula-se **“A Produção do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos e do Departamento de Estudos Populacionais: uma análise dos estudos do Boletim Demográfico divulgado entre 1970 e 1983”**, de autoria do demógrafo Antonio de Ponte Jardim, que apresenta uma análise sobre a produção do CBED, divulgada através do Boletim Demográfico, no período de sua existência. O autor classificou essa produção em dois eixos: Análise Demográfica - População/estrutura etária (Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD); Estudos sobre Fecundidade/nupcialidade; estudos de Mortalidade e Tábuas de Vida; Migrações Internas/Dinâmica Demográfica; estudos sobre Estimativas e Projeções de População/métodos. Num segundo eixo os Estudos Populacionais e a sua relação entre população, desenvolvimento e território. Destaca ainda, em cada subárea, os artigos de cunho autorais e institucionais.

O terceiro capítulo, **“Os estudos demográficos no IBGE nos dias atuais: Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica”**, da autoria da demógrafa Leila Regina Ervatti, ressalta a importância e a contribuição do CBED para a atual estrutura da GEADD, Gerência da Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Destaca também, a missão de fornecer projeções de população e estimativas, respectivamente, nos níveis estadual e municipal, assim como dar a conhecer a dinâmica demográfica brasileira entre os seus diferentes recortes geográficos e sociais, considerando a evolução das variáveis demográficas: fecundidade, mortalidade e migrações (internas e internacionais). Ressalta o esforço atual de cooperação do IBGE com as Secretarias Estaduais de Planejamento em relação ao treinamento e capacitação de técnicos para a elaboração futura de estimativas e projeções das populações estaduais, pelos próprios estados.

No quarto capítulo, **“A evolução dos estudos da mortalidade do Laboratório de Estatística do IBGE – CBED até a presente data”**, de autoria do demógrafo Fernando Roberto Pires de Carvalho Albuquerque, ressalta-se a evolução dos estudos de mortalidade no IBGE, desde o Laboratório de Estatística, passando pelo CBED, até a presente data. Destaca a melhoria das informações provenientes do Registro Civil, com resultados sobre os cálculos das tábuas de vida para a população brasileira, tanto em âmbito nacional, quanto no nível das Unidades da Federação, além de enfatizar o aprimoramento dos questionários do Censo Demográfico para mais bem captar informações que servissem de subsídios para uma compreensão mais ampla do comportamento da mortalidade no país.

No quinto capítulo, **“A importância dos estudos migratórios no IBGE”**, o demógrafo Antonio Tadeu Ribeiro de Oliveira, ressalta a importância dos estudos sobre o fenômeno migratório no Brasil, realizados pelo IBGE, desde o século XIX. O texto destaca que as propostas de investigação do fenômeno se adequavam à forma como as migrações se manifestavam, passando pela imigração internacional, no final do século XIX até a década de 1930; pelos movimentos rurais-urbanos, a partir dos anos 1940, associados aos processos de urbanização e industrialização do país; pela integração dos migrantes nos centros metropolitanos, nas décadas de 1970/1980; pelos deslocamentos pendulares, inicialmente, no Censo de 1980 e, posteriormente, nos levantamentos levados a campo em 2000 e 2010, trazendo a dimensão da acessibilidade da infraestrutura urbana e domiciliar; e pela dimensão da emigração internacional, no Censo de 2010.

O sexto capítulo sobre a **“Evolução dos estudos de fecundidade no IBGE”**, da autoria da demógrafa Leila Regina Ervatti, gerente da GEADD, evidencia a evolução dos estudos sobre fecundidade no IBGE, especialmente no Censo Demográfico de 1940, quando se perguntou, pela primeira vez, sobre o número de filhos tidos nascidos vivos, nascidos mortos e sobreviventes, além dos aperfeiçoamentos introduzidos a partir do Censo Demográfico de 1970, quando foi perguntado sobre o número de filhos nascidos vivos no ano anterior à data de referência do Censo.

A autora destaca, sobretudo, as profundas transformações no nível e no padrão da fecundidade das mulheres brasileiras, observadas a partir dos anos 1960, bem como a melhoria na cobertura e qualidade das informações dos registros administrativos. Nesses novos cenários, chama atenção dos demógrafos para os desafios que estão colocados, no sentido de pensar hipóteses futuras a respeito do comportamento da fecundidade.

Finalmente, o texto que encerra a publicação é uma homenagem à estimada demógrafa Valéria da Motta Leite, reproduzindo o artigo "**Observações sobre a declaração de filhos tidos nascidos mortos**", publicado originalmente no Boletim Demográfico v.3, n.3, 1973, no qual ela analisa o aumento da proporção de filhos nascidos mortos observado nos resultados do Censo Demográfico de 1970, à luz da tendência de queda da mortalidade verificada no período 1940-1970.

A importância histórica do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos do IBGE

Celso Cardoso da Silva Simões¹
Luiz Antônio Pinto de Oliveira²

Neste ano de 2017, comemora-se o cinquentenário do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos – CBED, criado segundo Resolução do Conselho Diretor do IBGE, de 16 de novembro de 1967.

A criação do CBED é, em grande parte, fruto da concepção e do idealismo do professor João Lyra Madeira, seu coordenador até seu falecimento em 1979, já com a denominação de Departamento de Estudos de População – DESPO.

Contudo, a tradição dos estudos demográficos no IBGE remonta à herança e ao pioneirismo do professor italiano Giorgio Mortara e de sua atuação desde os trabalhos do Censo Demográfico de 1940.

Tendo chegado ao Brasil em janeiro de 1939, este grande demógrafo assumiu a função de consultor técnico da Comissão Censitária Nacional e, em seguida, de chefe do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento. Deve-se a ele a incorporação, ao questionário do Censo de 1940, de novos quesitos de investigação demográfica que permitiram aprimorar o conhecimento das componentes demográficas e, durante os anos 1940, a elaboração de um conjunto de análises e interpretações da realidade demográfica no âmbito do Gabinete Técnico.

Em 1948, o gabinete é substituído pelo Laboratório de Estatística do IBGE, onde os trabalhos de análise passam a contar como o apoio de um grupo de jovens profissionais dedicados ao estudo das estatísticas demográficas, educacionais, de saúde e de outras áreas relacionadas, onde se destaca o impressionante conjunto de pesquisas e análises de autoria de Giorgio Mortara, que totaliza, somente na área de demografia, mais de 700 textos. No final da década de 1950, Mortara retorna à Itália e o Laboratório permanece, ainda mais alguns anos, com seus colaboradores técnicos.

De certo modo, durante os primeiros anos da década de 1960, pode-se constatar um declínio, na produção de estudos demográficos, área em que o IBGE estava se constituindo na principal fonte oficial de pesquisas e informações analíticas no País.

¹ Demógrafo do IBGE.

² Demógrafo do IBGE.

É importante destacar que o professor Lyra Madeira que, em 1960 havia contribuído para a criação do primeiro curso regular de Demografia em nível de graduação, através da disciplina de Estatísticas Demográficas na Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, percebe, então, que havia uma lacuna a preencher na função institucional de produção e divulgação de índices demográficos oficiais para o Brasil.

Neste sentido, ao final do ano de 1967, é criado oficialmente o CBED, tendo como coordenador o professor Lyra Madeira, contando com um grupo de jovens de formação estatística, como: Valéria da Motta Leite, Márcia Martins, Celso Simões, Robert Cassinelli, Manoel Augusto Costa e Lucinda da Silva.

O CBED tornou-se, formalmente, o órgão encarregado de elaborar os indicadores e estimativas demográficas, cumprindo as funções implícitas aos compromissos oficiais do IBGE. Registre-se que, nesta oportunidade, já existia no Brasil um centro ligado à Universidade de São Paulo – USP, mais especificamente à Faculdade de Saúde Pública, denominado Centro de Estudos da Dinâmica Populacional – CEDIP, o qual reunia um conjunto de profissionais de várias formações, que produziam informações e análises sobre a dinâmica demográfica nacional e regional e ministravam cursos e cadeiras específicas de formação em estudos demográficos. Além disso, alguns institutos estaduais de estatística mantinham registros de informações populacionais, escolares e epidemiológicas, que estabeleciam vinculação com os processos demográficos.

Durante o final dos anos 1960 e no transcorrer dos anos 1970, o CBED/IBGE foi ampliando seu quadro técnico e diversificando o enfoque das análises, a partir de perfis profissionais dos novos servidores, com formação, não somente na área demográfica, mas, também, em ciências sociais, econômicas, estatísticas e geográficas.

Com esta nova configuração, o CBED empreendeu uma linha de trabalho voltada para a análise dos resultados demográficos do Censo de 1970 e suas comparações com os censos anteriores. Construiu-se, assim, uma compreensão, mais completa, das tendências da dinâmica demográfica brasileira, regional e estadual. Tais estudos foram fundamentais para a elaboração das projeções populacionais de 1975 e, também, para as estimativas municipais de população para o mesmo ano.

Em relação às projeções e estimativas cabe salientar dois aspectos:

1. A elaboração das estimativas estaduais e municipais de população atendeu a uma obrigação legal de calculá-las para os intervalos intercensitários, ou seja, para os anos 5 de cada década, de forma a atender a distribuição das alíquotas dos fundos de participação estadual e municipal. Sendo esta uma tarefa bastante complexa, tendo em vista a baixa cobertura dos registros de nascimentos e óbitos, foi necessário elaborar uma metodologia adequada às condições estatísticas brasileiras. Para tal, o professor João Lyra Madeira e Celso Cardoso Simões desenvolveram uma metodologia de estimativa denominada “A(i), B(i)”, levando em conta, tendências de crescimento da população, seja em nível estadual, municipal, urbano/rural e outras desagregações. Essa metodologia é utilizada até os dias de hoje para estimar as populações dos municípios, com a mesma finalidade de subsidiar o cálculo das alíquotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
2. Em relação às projeções populacionais para 1975, as mesmas foram trabalhadas a partir dos estudos das tendências das componentes demográficas calculadas tomando como base os resultados dos censos mais recentes e admitindo, em suas hipóteses, possíveis tendências de alterações dos níveis de fecundidade e mortalidade.

Durante esse período dos anos 1970, vários trabalhos foram se desenvolvendo no âmbito do CBED, não só aqueles derivados das estimativas, mas também trabalhos sobre nupcialidade, migrações, estatísticas vitais, população ativa e estrutura etária. É importante assinalar que, desde 1970, o CBED havia criado uma publicação trimestral denominada *Boletim Demográfico CBED*, cujo período de existência prolongou-se até 1983. Nos anos 1970, foram publicados 57 textos de estudos e análises no Boletim, praticamente todos produzidos internamente pelos técnicos lotados no CBED. Em

1977, em decorrência de uma reorganização institucional do IBGE, o CBED passou a ser denominado Departamento de Estudos Populacionais – DESPO, mantendo-se, invariavelmente, nas reorganizações posteriores do IBGE a existência de uma coordenação ou gerência de estudos da dinâmica demográfica, encarregada da produção dos índices e estimativas demográficas oficiais para o Brasil, Unidades da Federação e Municípios.

Fazendo um balanço da trajetória dos estudos demográficos no IBGE, observa-se que, desde sua criação em 1936 e, sobretudo, a partir do Censo Demográfico de 1940, o envolvimento da questão demográfica foi essencial para o cumprimento da missão institucional do IBGE, e também para o cálculo e a identificação das tendências populacionais, dos indicadores da dinâmica demográfica – natalidade, fecundidade, mortalidade geral e infantil, e migrações – e da distribuição da população pelo território.

Neste sentido, depois da fase heroica dos anos de 1940 e 1950 com a realização dos primeiros censos e da experiência acumulada pelo Laboratório de Estatística de Giorgio Mortara, a criação em 1967 do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos e sua posterior consolidação, representou um avanço no grau de institucionalização da percepção da importância do estudo dos processos demográficos na sociedade brasileira, fundamental para a definição de políticas públicas presentes e futuras e para a compreensão do significado real da evolução demográfica em nosso País, desfazendo antigos mitos e preconceitos. Além disso, o CBED representou, também, um estímulo ao desenvolvimento da comunidade científica de estudos populacionais – então, em formação embrionária – a partir de algumas universidades e centros estaduais, contribuindo para a consolidação e institucionalização do conhecimento científico relacionado aos fenômenos populacionais.

Na galeria de grandes vultos do IBGE e, representando essa geração de servidores e técnicos que atuaram no final dos anos 1960 e durante os anos 1970, os nomes de João Lyra Madeira e de sua assistente-técnica Valéria da Motta Leite, certamente têm um lugar reservado na história e na cultura da instituição.

Referências

MADEIRA, João Lyra; SIMÕES, Celso. Estimativas preliminares da população urbana e rural segundo as unidades da federação, de 1960/1980 por uma nova metodologia. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v.33, n.129, p.3-11, jan./mar. 1972.

A produção do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos e do Departamento de Estudos Populacionais: uma análise dos estudos do Boletim Demográfico divulgado entre 1970 e 1983

Antonio de Ponte Jardim¹

Introdução

A produção técnica e bibliográfica divulgada pelo Boletim Demográfico, durante o período de 1970 e 1983, espelha os estudos e as análises sobre o tema população, cuja produção se centra, basicamente, em dois grandes eixos analíticos: as Análises Demográficas e as Populacionais². As primeiras, voltadas para as técnicas estatístico-matemáticas com vistas à mensuração do fenômeno demográfico e de sua dinâmica, correspondendo a um conjunto de técnicas que descrevem e resumizam informações provenientes de diversas fontes de dados, em especial os Censos Demográficos e o Registro Civil. Este eixo utiliza ainda um instrumental matemático e estatístico para modelar e definir parâmetros das componentes da dinâmica demográfica, atendo-se, principalmente, às inter-relações quantitativas entre elas.

No Brasil, o eixo das Análises Demográficas foi explorado, em grande parte, por técnicos provenientes da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, cuja base se fundamenta na estatística demográfica³, sob os princípios oriundos das contribuições, em especial, dos professores Giorgio Mortara, João Lyra Madeira e Robert Cassinelli, e de seus posteriores discípulos, que representavam o núcleo fundamental das Análises Demográficas no IBGE.

O segundo eixo, Estudos Populacionais, se estabelece, principalmente, a partir da década de 1970, com ênfase na necessidade de se explicar as relações entre População e Desenvolvimento Econômico e Social, cujo propósito era estudar os determinantes da dinâmica demográfica, a partir da associação entre os fenômenos demográficos, propriamente ditos, e os sociais e econômicos,

¹ Demógrafo do IBGE, Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

² Esta divisão entre Estudos Demográficos e Populacionais foi feita de forma arbitrária, haja vista que ambos têm por princípio as técnicas e análises da dinâmica demográfica – fecundidade, mortalidade e as migrações (internas e externas), estimativas e projeções de população. Destaca-se também que a diferença entre Estudos Demográficos e Populacionais foi feita com objetivo de demarcar a necessidade de se especificar a relação entre População e Desenvolvimento, em especial, a questão dos determinantes demográficos que *vis-a-vis*, o desenvolvimento econômico e social que influi na dinâmica demográfica e populacional.

³ Estatística demográfica tem por objetivo mensurar os fenômenos demográficos em relação a sua quantidade, distribuição por sexos, idade, estado civil, tipo de arranjos familiares. Refere-se, portanto, a mensuração dos fatos demográficos, produzidos pela população, num determinado tempo e espaço: nascimentos, mortes, casamentos, divórcios, migrações.

com vistas a se explicar os possíveis determinantes demográficos⁴. Para suprir essas necessidades, o IBGE passou a demandar por especialistas em população, originários de diferentes áreas acadêmicas, o que exigia, inicialmente, conhecimentos básicos de demografia (especialização Lato ou Stricto Sensu).

Com a necessidade de se consolidar as Análises Demográficas, em termos de ensino e pesquisa, o papel do Centro Latino Americano de Demografia – CELADE foi preponderante na formação de especialistas: cursos de especialização em demografia, realizados no Chile e na Costa Rica⁵. E posteriormente, com a promoção de cursos avançados em demografia e, mais tarde, mestrado em Demografia e Estudos Sociais da População. Concomitante, destacam-se os programas de mestrado em Demografia no Centro de Estudos Demográficos da Universidade Autônoma do México; e no Brasil, o mestrado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, da Universidade Federal de Minas Gerais. Evidencia-se que a criação e a dinamização das Análises Demográficas na América Latina, a partir dos anos 1970, teve um papel preponderante na disseminação do ensino e pesquisa em demografia, ao nível de pós-graduação, em diferentes países latino-americanos, especialmente no Chile, Brasil, Argentina, México, Costa Rica, entre outros.

A preocupação básica desses programas, em especial os de Demografia e os de Estudos Sociais de População, era capacitar profissionais da área de Ciências Sociais e Humanas, para analisar as relações entre Desenvolvimento Econômico e Social e os determinantes da dinâmica populacional. A formação desses técnicos tinha por objetivo a qualificação técnica e de docência para integrá-los em equipes interdisciplinares, tendo como princípio o domínio da Análise Demográfica. Neste sentido, se desenvolveu equipes capazes de contribuir, direta ou indiretamente, sobre o estudo do fenômeno sociodemográfico e de seus impactos na estrutura econômica e social dos países latino-americanos.

Este breve panorama sobre as Análises Demográficas e Estudos Populacionais nos permite contextualizar a produção analítica e bibliográfica do *Boletim Demográfico* durante os treze anos de existência (1970 a 1983). Estes estudos priorizaram, por mais de uma década, a relação entre fonte de dados demográficos e populacionais e problemas teórico-metodológicos, tendo como destaque, em primeiro lugar, os dados oriundos do Censo Demográfico, Registro Civil, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF, além de projetos-piloto para avaliar os registros de nascimentos e óbitos no país. Em segundo lugar, a questão dos estudos sobre fecundidade e nupcialidade. Em terceiro lugar, as análises e os estudos sobre mortalidade, com a divulgação de tábuas de vida. Em quarto lugar, a questão dos estudos sobre migração interna e a sua dinâmica demográfica, com impactos diretos sobre a urbanização e a metropolização, ao nível regional, em especial, o Sudeste. Em quinto lugar, a questão das estimativas e as projeções de população, assim como a discussão metodológica sobre o tema. Em sexto lugar, os estudos populacionais, propriamente ditos, e a sua relação com o desenvolvimento econômico e social e os possíveis determinantes associados ao sexo e a idade.

Feitas essas considerações gerais, a produção disseminada pelo *Boletim Demográfico*, do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos e, posteriormente, pelo Departamento de Estudos Populacionais, está relacionada aos temas divulgados através de estudos, metodologias, convênios, artigos, projetos de pesquisa, análises dos resultados provenientes dos Censos Demográficos e do Registro Civil. Evidencia-se, inicialmente, a elaboração de estudos de cunho autoral, cujo recorte produtivo e analítico se estabelece a partir da diferença entre as Análises Demográficas, propriamente ditas, e os Estudos de População, em suas interfaces entre o econômico, o social e o demográfico.

⁴ Cabe destacar a iniciativa e os esforços do prof. João Lyra Madeira em explicar a relação entre população e desenvolvimento econômico e social. SENRA, N. (org.). *Lyra Madeira, um mestre da demografia brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Documentos para Disseminação. Memória Institucional, 14).

⁵ Destaca-se também a importância dos cursos de especialização em demografia promovidos pela ENCE, em convênio com a PUC/Rio e o CELADE, além de análises sobre população brasileira, a partir da Geografia da População no Departamento de Geografia do IBGE. Convênio entre IBGE e Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU, do Ministério do Interior, coordenado por Mary Garcia Castro. Desenvolveu-se também uma discussão interdepartamental – Departamento de Estudos Populacionais, Departamento de Geografia e Superintendência de Estudos Geográficos e Socioeconômicos – DESPO, DEGEO e SUEGE – sobre a questão dos migrantes, velhos e mulheres e a Organização Internacional do Trabalho – OIT. *Boletim Demográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n.3, jan./mar. 1978.

A divulgação da produção ibgeana sobre Análises Demográficas e os Estudos Populacionais

A divulgação sistematizada da produção ibgeana sobre Análises Demográficas e os Estudos Populacionais, via *Boletim Demográfico*, teve um papel preponderante na divulgação de estudos, pesquisas e metodologias referentes ao saber demográfico nacional que, concomitante com a *Revista Brasileira de Estatística* – RBE, foi um dos principais veículos de divulgação da produção científica e analítica do IBGE até o início dos anos 1980.

O Centro Brasileiro de Estudos Demográficos – CBED, originou-se do antigo Laboratório de Estatística, fruto do ideário do professor João Lyra Madeira em dar continuidade ao Laboratório de Estatística, fundado pelo professor e pesquisador Giorgio Mortara, na década de 1940. O CBED teve um papel preponderante na sistematização, divulgação de informações, estudos, pesquisas e análises sobre as características e a dinâmica demográficas – fecundidade, mortalidade e migrações – da população brasileira.

Nos anos 1960, Lyra Madeira se posicionou teoricamente no debate sobre os limites do crescimento populacional, e desenvolveu uma discussão pública sobre os postulados de Malthus e de Marx e o papel da população no desenvolvimento econômico e social, em particular, no caso brasileiro. Enfatizou a necessidade de se considerar os efeitos da Dinâmica Demográfica no planejamento e no desenvolvimento econômico do país. Foi responsável por ampliar as análises demográficas e a sua inter-relação com a dinâmica populacional e suas relações com o meio ambiente (MADEIRA, 1967). Incentivou o desenvolvimento de estudos e pesquisas com vistas às conexões entre Demografia e as Ciências Humanas e Ambientais (Estudos de População). Para o fortalecimento desse debate técnico e acadêmico trouxe para o IBGE sociólogos, economistas, demógrafos, geógrafos, entre outros profissionais comprometidos com as Análises Demográficas e os Estudos de População, com objetivo de ampliar estudos, pesquisas e as análises sobre o tema. Simultaneamente, cabe ressaltar o papel do Departamento de Geografia do IBGE que, através da Geografia da População, desenvolveu estudos e pesquisas sobre a dinâmica populacional, regionalização e ocupação do território nacional, sob a coordenação e orientação da professora Elza Keller.

Feitas essas considerações iniciais, destacam-se, de modo geral, que a maioria dos estudos realizados pelo CBED e, posteriormente, pelo Departamento de Estudos Populacionais – DESPO, durante o período em análise, estava relacionada à Demografia Formal, especialmente em relação às Estimativas e Projeções de População, com a elaboração de tábuas de vida e de estudos sobre a fecundidade e nupcialidade, inclusive com o desenvolvimento e utilização de novos métodos e modelos referentes aos temas.

Durante a produção do *Boletim Demográfico*, as variáveis demográficas, propriamente ditas - fecundidade, mortalidade e migrações – deixaram de ser analisadas exclusivamente como exógenas, e se tornaram intervenientes e explicativas da dinâmica populacional.

Nesse período, evidenciam-se as preocupações explicativas sobre o crescimento demográfico, em especial a questão da fecundidade e da mortalidade, como síntese da dinâmica demográfica brasileira, vista como uma sociedade em processo de transformação social e econômica. Denota-se, de modo geral, uma preocupação em interpretar e explicar os possíveis fatores determinantes da dinâmica populacional e os seus impactos sobre a ocupação e a distribuição espacial da população, especialmente a partir dos anos de 1970. Ocorreram, nesse período, intensos processos de urbanização e metropolização, em particular no Centro-Sul (Sudeste, Sul e Centro-Oeste) do país. Verificou-se a expansão e o consumo de bens e serviços, especialmente nas regiões metropolitanas. Gerou-se uma preocupação básica, no eixo dos Estudos Populacionais, em explicar a relação entre a integração dos imigrantes internos no local de destino (urbano metropolitano) e o seu acesso ao consumo de bens e serviços, perpassando

pela sua inserção no mercado de trabalho urbano⁶, elementos essenciais de integração e mobilidade social dos imigrantes.

Como forma de qualificar e quantificar os estudos, análises e pesquisas contidas no *Boletim Demográfico*, ao longo dos 13 anos, propõe-se a divisão em 6 temas gerais, que foram sintetizados e quantificados na Tabela 1.

Tabela 1 - Número de Análises Demográficas e Estudos Populacionais, por tema geral, segundo período de divulgação - Brasil - 1970-1983

Anos	Número de Análises Demográficas					Número de Estudos Populacionais
	População/Estrutura Etária (Censo Demográfico e PNADs)	Fecundidade/Nupcialidade	Mortalidade e Tábuas de vida	Migrações Internas/Dinâmica Demográfica	Estimativas e Projeções de População/Métodos	
1970 a 1975	3	3	5	-	6	5
1975 a 1980	1	5	8	3	8	10
1980 a 1983	1	6	1	5	4	21
Total	5	14	14	8	18	36

Fonte: IBGE, Boletim Demográfico de 1970 a 1983.

Nota: No total de estudos e pesquisas realizadas pelo CBED-DEPOP, entre 1980 e 1983, não se considerou as **Notas Breves** e nem as **Resenhas** sobre projetos e pesquisas em andamento, em cada quinquênio. Destaca-se que alguns estudos foram considerados, ao mesmo tempo, Análises Demográficas e Estudos Populacionais, pela sua relação entre População, Desenvolvimento e Território.

No contexto de transformação da economia e da sociedade, destacam-se a produção de Análises Demográficas associadas aos Estudos de População (Estudos Sociais da População), em especial, a partir dos meados da década de 1970, quando a população brasileira deixa de ser rural e passa a ser urbana. A ênfase analítica passa ser dada aos estudos sobre a fecundidade e às condições de reprodução populacional nas regiões urbanas metropolitanas. Evidenciam-se as análises sobre a mortalidade e a questão dos seus fatores endógenos e exógenos; desenvolveram-se estudos sobre a distribuição espacial da população, com ênfase na ocupação territorial, urbanização e metropolização. Em síntese, os Estudos Populacionais trataram de explicar os determinantes e as condições da inserção da população no mercado de trabalho urbano, assim como os fatores determinantes da fecundidade, da mortalidade e das migrações. Passa-se a destacar a questão da reprodução e a participação da mulher no mercado de trabalho, a inserção laboral do menor, a questão da informalidade do trabalho, entre outros estudos voltados para dinâmica demográfica e os seus impactos sobre a população, especialmente, metropolitana.

Dentre as análises sobre a estrutura etária e fonte de dados, destacam-se, em primeiro lugar, a análise da composição populacional por sexo e idade, segundo os recenseamentos gerais brasileiros, com o objetivo de se estudar “áreas mínimas de comparação”. Em segundo lugar, a análise da qualidade da informação de idade nos censos demográficos, idade ignorada ou mal declarada e suas consequências na

⁶ Convênio entre IBGE e Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU, do Ministério do Interior, coordenado por Mary Garcia Castro. Desenvolveu-se também uma discussão interdepartamental – Departamento de Estudos Populacionais, Departamento de Geografia e Superintendência de Estudos Geográficos e Socioeconômicos – DESPO, DEGEO e SUEGE – sobre a questão dos migrantes, velhos e mulheres e a Organização Internacional do Trabalho – OIT. *Boletim Demográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n.3, jan./mar. 1978.

composição da estrutura etária. Portanto, a questão da cobertura e da declaração de idade. Em terceiro lugar, destacam-se as informações provenientes do registro civil, referentes aos nascidos vivos, por Unidades da Federação.

A produção de estudos sobre fecundidade e nupcialidade estão relacionados à explicação teórico-metodológica de como o nível e a estrutura da fecundidade poderá interferir no processo de desenvolvimento econômico-social do país. Ressalta-se a importância dos dados básicos sobre a nupcialidade do Brasil, desde o primeiro Recenseamento Geral de 1872, com destaque à população feminina de 10 a 69 anos, segundo estado conjugal. Neste mesmo período, destacam-se os níveis e as tendências da nupcialidade brasileira, como um dos fatores determinantes e explicativos da fecundidade. Outro aspecto evidenciado é a declaração de filhos tidos nascidos mortos, para as mulheres de 15 anos e mais, a partir dos Censos Demográficos de 1940 até 1970. Observa-se também que existe uma preocupação analítica sobre os estudos comparativos da fecundidade brasileira em relação a alguns países latino-americanos (Peru e Costa Rica), destacando-se os níveis e padrões da fecundidade.

Os estudos sobre mortalidade estão associados, de modo geral, ao ciclo de vida da população e aos seus fatores intervenientes (endógenos e exógenos), no tempo e no espaço. Entre esses fatores destacam-se as condições de trabalho e a manifestação de determinadas condições econômicas e sociais, responsáveis pelas condições de risco. Influem também as condições de acesso à infraestrutura urbana e domiciliar, as condições de habitabilidade, entre outras. Devem ser consideradas também as condições alimentares (ao acesso a uma alimentação adequada para determinado ciclo de vida) e sanitárias (qualidade da água e do esgotamento) e o acesso a bens e serviços, de modo geral, de saúde, em particular.

Ainda sobre mortalidade e tábuas de vida, destacam-se artigos de cunho teórico-metodológico e analíticos, em relação ao regime de mortalidade no Brasil, utilizando o modelo das Nações Unidas, do Centro Latino-Americano de Demografia – CELADE, e de dados dos Censos Demográficos brasileiros de 1960 e 1970. Destaca-se, ainda, um estudo sobre a mortalidade nos primeiros anos de vida.

Com o propósito de se estudar os diferenciais sobre a mortalidade, analisa-se a População Economicamente Ativa no Brasil e sua comparação a outros países, especialmente com os Estados Unidos, o Chile e o México. Enfatiza-se a mortalidade segundo a causa dos óbitos, especialmente os provenientes de doenças infecciosas, e mortes ocorridas por causa das condições nutricionais e ambientais. Em termos de fonte de dados sobre a mortalidade, ressalta-se um estudo comparativo entre as informações provenientes do Registro Civil e as do Censo Demográfico.

No que se refere às migrações internas e a dinâmica demográfica, evidenciam-se as implicações diretas dos movimentos migratórios sobre a dinâmica e a ocupação territorial, cujas influências manifestam-se sobre o processo de crescimento ou decréscimo populacional, no lugar de origem e de destino, as quais contribuem nos impactos de evasão, urbanização e metropolização. Os movimentos migratórios implicam diretamente sobre a divisão social do trabalho, a demanda e o nível educacional, o acesso à infraestrutura urbana e domiciliar e a demanda por bens e serviços. Para medir esses eventos destacam-se os artigos sobre os processos estocásticos e o emprego de técnicas para mensurar o volume da migração interna.

Destacam-se ainda estudos sobre as características dos migrantes, especialmente em relação ao sexo, idade, atividade, ocupação e condições de renda, nível de instrução, entre outras como variáveis explicativas das condições de inserção dos migrantes no mercado de trabalho e de consumo, especialmente, no lugar de destino. Ressaltam-se, ainda, as condições de deslocamento da população, a questão dos serviços associados à infraestrutura urbana e domiciliar e aos processos de inclusão, exclusão e segregação socioespacial (núcleo e periferia metropolitanos). Portanto, alguns artigos enfatizam o processo migratório como

positivo para o desenvolvimento econômico e social do país. O projeto Tipos de Migrações e Padrões Socioeconômicos dos Migrantes – MINTER/IBGE, (BOLETIM DEMOGRÁFICO, 1978) – com destaque para a questão dos diferenciais entre migrantes e não migrantes e a sua inserção do mercado de trabalho e de consumo de bens e serviços, especialmente, nas regiões metropolitanas.

Como elementos fundamentais para o planejamento econômico e social estão os estudos relacionados às estimativas e às projeções de população, ao nível nacional e regional. Esses estudos visavam subsidiar a tomada de decisões e formulação de políticas públicas, de forma a contribuir na garantia e universalização de direitos sociais, econômicos e políticos; fornecer subsídios para a compreensão sobre o impacto e o potencial da população no mercado de trabalho, na oferta e acesso a bens e serviços; e permitir contabilizar o potencial acesso à previdência e à seguridade social. Em síntese, possibilitavam que fosse estabelecida uma previsibilidade das necessidades gerais da população, num determinado período. Neste sentido, destacam-se as estimativas e projeções sobre a população brasileira, especialmente a partir da década de 1960.

Em 1992, o IBGE passa a ter a obrigatoriedade de divulgar anualmente as estimativas das populações dos municípios e dos estados (Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992).

Os Estudos Populacionais buscam a relação entre a dinâmica demográfica e o desenvolvimento econômico e social, com vistas a fornecer subsídios para a compreensão dos fatores determinantes sobre a dinâmica populacional e os impactos sobre a fecundidade/nupcialidade, migração e mortalidade. Destacam-se os deslocamentos populacionais relacionados às migrações internas; a questão da ocupação territorial; e os determinantes da mobilidade espacial da população. No conjunto, os Estudos Populacionais apresentam o maior número de artigos publicados no período, com 36 artigos, especialmente no período entre 1980 a 1983.

Um dos aspectos a serem evidenciados sobre os artigos expostos no *Boletim Demográfico* é a inserção de técnicos no desenvolvimento de estudos e pesquisas, onde a pluralidade de enfoques teórico-analíticos enriquecia o debate sobre cada tema em questão. Fortalecendo-se equipes de trabalho, cuja produção se estampa na multiplicidade de artigos, notas breves e resenhas (sobre a produção, debate e estudos em desenvolvimento sobre a população e os estudos demográficos, na data da publicação de cada *Boletim Demográfico*).

A preocupação central da maioria dos artigos é a melhoria e a qualidade da informação, oriunda das fontes de dados (Censos, PNADs, Registro Civil, entre outras pesquisas de cunho demográfico), com vistas à produção de conhecimentos a respeito da dinâmica demográfica. Neste sentido, o IBGE passou a ser a referência no campo de estudos e pesquisas sobre os componentes da dinâmica populacional brasileira, ao nível de universidades e organizações governamentais ou não.

Finalmente, os artigos publicados no *Boletim Demográfico* foram responsáveis pela divulgação e compreensão da composição sobre a dinâmica demográfica brasileira e de seus determinantes, especialmente em relação aos sociais e econômicos durante a década de 1970 e início dos anos 1980, cuja preocupação básica espelha o rigor teórico-metodológico das Análises Demográficas e Estudos Populacionais desenvolvidos pelo CBED – DESPO.

No período analisado, a maioria das Análises Demográficas e Estudos Populacionais foram de cunho autoral (mais de 90%), seja individual ou em grupo, inclusive as **Notas Breves**, com descrição de estudos e pesquisas, em andamento, e as **Resenhas**, com discussão crítica e analítica (estudos, pesquisas, referências bibliográficas, entre outros), que totalizavam mais de 60 descrições básicas sobre estudos e projetos em andamento durante o período analisado (1970 a 1983).

Tabela 2 - Produção do Boletim Demográfico, por modalidade, segundo período de divulgação - Brasil - 1970-1983

Anos	Total	Notas Breves e Resenhas	Análises Demográficas e Estudos Populacionais	
			Autoral	Institucional
1970 a 1975	22	-	17	5
1975 a 1980	30	-	23	7
1980 a 1983	103	63	40	-
Total	155	63	80	12

Fonte: IBGE, Boletim Demográfico de 1970 a 1983.

Notas: 1 - A soma dos estudos autorais e institucionais é superior ao número de Análises Demográficas e Estudos Populacionais realizados pelo IBGE no período. Foram excluídas as **Notas Breves** e as **Resenhas** de cunho autoral e institucional do conjunto de trabalhos executados, a partir do *Boletim Demográfico*, v.11, n.1, jul./set.1980, por se tratarem de projetos em execução.

2 - A relação entre os artigos autorais e institucionais, normalmente, se confundem pelo fato de serem produzidos para atender demandas da sociedade e do poder público. A questão institucional corresponde, geralmente, a produção de artigos, projetos, análises e demandas por parte das instituições e organizações públicas nacionais e internacionais.

3 - As **Notas Breves** tinham por objetivo proporcionar uma atualização, imediata, sobre o estudo atual da população brasileira e de sua dinâmica. Referem-se aos primeiros comentários sobre os estudos e análises, em execução no Departamento. O objetivo da **Resenha** era oferecer ao leitor a oportunidade de conhecer e acompanhar o programa de trabalho desenvolvido pelo Departamento de Estudos da População – DESPO, a partir do segundo semestre de 1980. Finalmente, ressalta-se que as **Notas Breves** e as **Resenhas** poderiam ser autorais e/ou institucionais.

Considerações gerais

O *Boletim Demográfico* do CBED e posteriormente do Departamento de Estudos Populacionais – DESPO foi um importante veículo de divulgação e disseminação de estudos, pesquisas, análises e metodologias sobre os aspectos demográficos da população brasileira. Serviu de divulgação teórico-metodológica sobre as componentes demográficas e de seus determinantes. Difundiu discussões sobre a melhoria das fontes de dados; foi responsável pela difusão de estudos sobre a fecundidade, mortalidade e migrações internas, como elementos essenciais para a compreensão da dinâmica demográfica da população brasileira, especialmente, a partir dos anos 1960. Representou um instrumento essencial para estabelecer o diálogo entre Análises Demográficas e Estudos Populacionais, no nível interno (institucional) e entre outras organizações governamentais ou não.

A divulgação da produção de estudos e pesquisas, no campo populacional e demográfico, possibilitou o intercâmbio de ideias, de cunho autoral e institucional, permitiu a discussão de trabalhos técnicos e metodológicos com especialistas da área das Ciências Humanas e Sociais. No internacional, estabeleceu também um diálogo com as demais organizações congêneres, especialmente com a Organização das Nações Unidas – ONU e a Comissão Econômica para América Latina e Centro Latino-Americano de Demografia – CEPAL/CELADE. No plano interno, com centros acadêmicos e universitários responsáveis pela discussão do tema população.

Devido à importância que assumiu o *Boletim Demográfico*, como difusor de estudos e pesquisas, metodologias, fonte de dados, estimativas e projeções de população, referências bibliográficas e debates, a interrupção de sua produção significou um corte no diálogo entre instituições congêneres, na divulgação de conhecimentos na área demográfica e populacional, e na perda de conhecimentos acumulados durante décadas, já que se passou a priorizar a produção de dados e informações em detrimento dos estudos analíticos sobre a população.

Atribui-se a curta duração do *Boletim Demográfico* à mudança nos paradigmas sobre a relação entre população e desenvolvimento. Essa mudança foi responsável, a nosso ver, pelo aprofundamento do “produtivismo” institucional, potencializado pelo desenvolvimento informacional e tecnológico, o que possibilitou o aumento da produção de dados e informações sobre população, em detrimento dos estudos e das pesquisas. Ressalta-se que o debate teórico-metodológico sobre as Análises Demográficas e Estudos Populacionais é essencial para o avanço da compreensão sobre a dinâmica demográfica e os seus determinantes, ao nível regional e do país.

O reestabelecimento do *Boletim Demográfico*, que já possui registro na Biblioteca Nacional, possibilitaria dar continuidade na divulgação e no debate teórico-metodológico na área das Análises Demográficas e dos Estudos Populacionais, assim como retomar o debate (interno e externo) sobre a produção do saber demográfico no IBGE. Contribuiria, também, no nível institucional, para a reflexão sobre a produção de dados e informação sobre os aspectos teórico-metodológicos demográficos, como também estabelecer um debate permanente com os diferentes interlocutores universitários e acadêmicos, que estudam a população e seus determinantes.

Referências

ERVATTI, L.R. *Os estudos demográficos no IBGE nos dias atuais*, 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Boletim Demográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v.8, n. 1/2, jul./dez, 1978.

_____. *Boletim Demográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v.11, n.1, jul./set.1980.

MADEIRA, João Lyra. Malthus, Marx e o papel da população no desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v.28, n.109, p. 32-43, jan./mar. 1967.

_____, João Lyra. Dinâmica populacional e suas relações com o meio ambiente. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 38, n. 152, p. 351-372, out./dez. 1977.

Ministério do Interior/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeto tipos de migrações e padrões socioeconômicos dos migrantes. *Boletim Demográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v.8, n. 1/2, jul./dez, 1978.

Anexo 1 - Boletim Demográfico de 1970 a 1983, segundo períodos de divulgação

Boletim Demográfico	
Período	Volumes e Números
1970 a 1975	boletim_demografico_1970_v1_n1.pdf boletim_demografico_1970_v1_n2.pdf ;
	boletim_demografico_1971_v1_n4.pdf ; boletim_demografico_1971_v1_n3.pdf ;
	Boletim_demografico_1971_v2_n2_out_dez.pdf ; boletim_demografico_1972_v2_n4_abr_jun.pdf ;
	boletim_demografico_1972_v3_n1_jul_set.pdf ; boletim_demografico_1973_v3_n4_abr_jun.pdf boletim_demografico_1973_v4_n1_jul_set.pdf boletim_demografico_1973_v3_n3.pdf ; boletim_demografico_1974_v4_n3_jan_mar.pdf boletim_demografico_1974_v4_n4_abr_jun.pdf boletim_demografico_1974_v5_n1_jul_set.pdf boletim_demografico_1974_v5_n2_out_dez.pdf
1975 a 1980	boletim_demografico_1975_v5_n3_jan_mar.pdf boletim_demografico_1975_v5_n4_abr_jun.pdf boletim_demografico_1975_v6_n1_jul_set.pdf boletim_demografico_1975_v6_n2_out_dez.pdf boletim_demografico_1976_v6_n3_jan_mar.pdf boletim_demografico_1976_v6_n4_abr_jun.pdf boletim_demografico_1977_v7_n3_jan_mar.pdf boletim_demografico_1977_v7_n4_abr_jun.pdf boletim_demografico_1978_v9_n1_n2_jul_dez ; boletim_demografico_1978_v8_n3_jan_mar ; boletim_demografico_1978_v8_n4_abr_jun ; boletim_demografico_1979_v10_n1_jul_set ; boletim_demografico_1979_v10_n2_out_dez ;
1980 a 1983	boletim_demografico_1980_v11_n1_jul_set ; boletim_demografico_1980_v10_n3_jan_mar ; boletim_demografico_1980_v10_n4_abr_jun ; boletim_demografico_1981_v12_n1_jan_mar ; boletim_demografico_1981_v12_n2_abr_jun ; boletim_demografico_1981_v12_n3_jul_set ; boletim_demografico_1981_v12_n4_out_dez ; boletim_demografico_1982_v13_n1_jan_mar ; boletim_demografico_1982_v13_n2_abr_jul ; boletim_demografico_1982_v13_n3_jul_set ; boletim_demografico_1982_v13_n4_out_dez ; boletim_demografico_1983_v14_n1_jan_mar ;
	Boletim Demografico - DESPO - vol. 14, nº1, jan./mar., 1983

Fonte: IBGE, Boletim Demográfico de 1970 a 1983.

Fonte: IBGE – www.ibge.gov.br/biblioteca/boletim_demografico

Os estudos demográficos no IBGE nos dias atuais: Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica

Leila Regina Ervatti¹

A criação do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos – CBED, em 1967, marcou o início na estrutura organizacional do IBGE, de uma instância que seria responsável pela produção dos indicadores demográficos, estudos populacionais e das estimativas para o Brasil, Unidades da Federação e Municípios. Esta estrutura se mantém até hoje, variando entre o status de coordenação ou gerência. Atualmente, a Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica – GEADD, da Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS é a área encarregada de produzir e divulgar os estudos relacionados ao tema demografia no IBGE.

Os tempos mudaram, o mundo se transformou, a tecnologia avançou, mas a idealização que o professor João Lyra Madeira teve na criação do CBED, reunindo profissionais que se tornariam especialistas em demografia permanece. Isto porque é imprescindível para o planejamento governamental em todas as suas esferas, conhecer, caracterizar e traduzir em números a população brasileira entre seus recortes geográficos e sociais, tendo como pano de fundo a análise da sua evolução, considerando as nuances comportamentais das variáveis demográficas: fecundidade, mortalidade e migrações.

A análise do comportamento dessas variáveis e a identificação das transições por que passam cada uma ao longo do tempo, impactam a dinâmica da população e cabe ao demógrafo tentar estabelecer a relação entre as variáveis demográficas e a dinâmica populacional. Os estudos demográficos irão nortear as projeções populacionais por meio da análise de indicadores que refletem o nível e o padrão de cada componente da dinâmica demográfica.

As projeções populacionais, desagregadas por sexo e idade, constituem-se em uma das mais importantes tarefas do demógrafo, talvez a mais árdua e minuciosa, porque dependem de informações que nem sempre estão disponíveis ou completas. Desde 1973, no então CBED, que o IBGE elabora as projeções populacionais, por sexo e idade, para o total do Brasil pelo método das componentes demográficas. Dois anos mais tarde se inicia o processo de aplicação de técnicas matemáticas, com vistas à obtenção de estimativas dos totais populacionais para as Unidades da Federação e municípios

¹ Demógrafa do IBGE e Gerente de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica – GEADD.

brasileiros, para os anos com dígitos terminais 5. A partir de 1989, estas estimativas passaram a ser produzidas anualmente, em cumprimento ao dispositivo constitucional, regulamentado pela Lei Complementar nº 59, de 22 de dezembro de 1988. Assim, o IBGE passa a realizar, anualmente, a partir de 1989, estimativas da população residente para todos os municípios brasileiros regularmente instalados.

Nesta época, os registros vitais eram precários e as técnicas indiretas eram as alternativas para a obtenção dos indicadores demográficos para o Brasil.

Com a deficiência de dados de registros vitais e de dados sobre migração, as projeções para os estados e municípios eram calculadas pelo método matemático AiBi, proposto pelo professor Lyra Madeira e pelo demógrafo Celso Simões.

Pensando no futuro das projeções populacionais estaduais e com o Censo Demográfico 1990 prestes a ir a campo, foi incluída, pela primeira vez, no Censo, a pergunta sobre migração em uma data fixa. Os demógrafos perseguiram o ideal de construir as projeções estaduais utilizando o método das componentes demográficas. As questões relacionadas à fecundidade e à mortalidade infantil já haviam sido investigadas nos censos anteriores.

Neste sentido, norteados pela necessidade da elaboração de estimativas e projeções anuais de população, por sexo e idade, para todos os níveis político-administrativos do país, a COPIS/GEADD depositou grandes esforços com o objetivo de estruturar um Sistema de Projeções de População desde o nível nacional até o nível municipal. Na década de 1990 foram promovidos seminários com o objetivo de aprofundar os estudos de metodologias voltadas para a elaboração de projeções e estimativas populacionais, com a participação de diversos atores nacionais e internacionais: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, técnicos do *U. S. Census Bureau* e do *Bureau de La Estatistique du Quebec* e de diversas instituições regionais ligadas à área de projeções e estimativas populacionais, como o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, a Fundação SEADE, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, Fundação Joaquim Nabuco e outros (IBGE, 2006).

Ao mesmo tempo, ao longo deste período, os resultados do Censo Demográfico 1991 eram divulgados, propiciando o conhecimento do novo padrão demográfico brasileiro, surgindo a necessidade da reflexão sobre os possíveis rumos das variáveis implícitas na dinâmica populacional. Indiscutivelmente, esta foi uma ocasião de especial importância para a demografia brasileira, pois a COPIS/GEADD conseguiu reunir em torno de uma mesa redonda, com o intuito de se alcançar uma posição consensual acerca dos parâmetros demográficos e suas perspectivas, representantes de centros de excelência de ensino e pesquisa no campo da demografia e de importantes Organismos Regionais de Estatística. Foram extremamente profícuas as contribuições dos especialistas do CEDEPLAR/UFMG, NEPO/UNICAMP, ENCE/IBGE, IPEA-DF e RJ, CODEPLAN-DF, Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ-PE), IESAM/FUNDAJ-AM, Fundação SEADE-SP, Fundação João Pinheiro-MG, IPARDES-PR, FEE-RS (IBGE, 2006).

Os demógrafos da COPIS ministraram treinamentos específicos sobre noções básicas de dinâmica demográfica e metodologias para projetar populações aos técnicos de diversas Instituições Estaduais e Regionais de Planejamento e Pesquisa. Foi assim com a CODEPLAN-DF, que congregou, em mais de uma oportunidade, técnicos do Distrito Federal, dos Estados da Região Centro-Oeste e Tocantins; com o IPARDES-PR; com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia – SEI; com a Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia de Sergipe; e com a Secretaria de Estado de Planejamento de Alagoas (IBGE, 2006).

Essas parcerias com os órgãos estaduais de planejamento e pesquisa resultaram na consolidação e divulgação das projeções populacionais para os estados da Região Centro-Oeste, Distrito Federal e Tocantins, em parceria com a CODEPLAN; das correspondentes ao Estado do Paraná, em conjunto com o IPARDES; ao Estado da Bahia, em parceria com a SEI; e ao Estado de Santa Catarina, com a Secretaria de

Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul – SDE e as Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC.

Ressalte-se que todo esse avanço no campo das projeções e estimativas populacionais no âmbito do IBGE contou com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA.

Nos anos 2000, já na era da internet, o IBGE passa a divulgar amplamente a Projeção de População para o Brasil, por sexo e idade. Nesta década foram divulgadas as Revisões 2000, 2004 (incorporando os resultados do Censo Demográfico 2000) e a Revisão 2008. As projeções populacionais para os estados eram calculadas pelo método matemático AiBi (total da população), e as estimativas das populações municipais eram calculadas a cada ano, utilizando-se a mesma metodologia.

O UNFPA foi determinante na disseminação do conhecimento das técnicas e metodologias de projeções e estimativas populacionais. E, em 2006, o IBGE e o UNFPA lançam a publicação *Sistematização das medidas e indicadores sociodemográficos oriundos da projeção da população por sexo e idade, para as Grandes Regiões e Unidades da Federação para o período 1991 – 2030* (UNFPA, 2006). Essa publicação foi um marco, pois pela primeira vez, o IBGE produz e divulga os parâmetros resultantes de uma projeção de população para os estados brasileiros elaborado por métodos demográficos.

À medida em que produz resultados dos estudos demográficos e das projeções e estimativas de população para os diferentes níveis de desagregação espacial, a GEADD participa da construção do questionário dos censos demográficos no que concerne às questões demográficas, bem como analisa e produz as publicações relativas aos temas demográficos.

O Censo Demográfico é para o demógrafo a luz e a lupa. A luz porque clareia, permitindo o conhecimento da mais recente tendência da dinâmica demográfica em termos populacionais e das componentes demográficas, e a lupa, porque permite essa visualização no menor nível geográfico, que são os municípios. Assim, a cada Censo Demográfico, possibilita a construção de novos parâmetros para as componentes demográficas, novas tábuas de vida são construídas e as projeções populacionais são revistas.

Desse modo, em 2013, com a finalização da apuração dos resultados do Censo Demográfico 2010, o IBGE elaborou e divulgou, pela primeira vez, as Projeções Populacionais, por sexo e idade, pelo método das componentes demográficas para as Unidades da Federação e Grandes Regiões. Esse conjunto de projeções marca o início de uma trajetória importante nos estudos demográficos no âmbito do IBGE, porque é o resultado da análise detalhada das componentes da dinâmica populacional – fecundidade, mortalidade e migração –, para cada estado brasileiro, considerando suas especificidades regionais.

O Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais – SISPEP, idealizado e desenhado na década de 1990, foi implantado em 2014, por meio da assinatura de Acordos de Cooperação Técnica entre o IBGE e os institutos estaduais de pesquisa e estatística dos estados (IPes). Este acordo, com prazo de vigência de 4 anos, tem como objetivo a elaboração de projeções de população estadual e o aprimoramento metodológico das estimativas das populações municipais, em conjunto com os IPes.

A última década (2000) foi extremamente importante para a demografia brasileira, porque foi constatado um avanço fenomenal das informações oriundas de registros administrativos, especialmente as estatísticas vitais, com o aumento da cobertura e qualidade em todo o Brasil. Além disso, outros registros mostraram avanços na sua captação no que se refere à cobertura e qualidade. Soma-se a isto o desenvolvimento de metodologias de pareamento de bases de dados, que certamente contribuirão para a qualidade das análises realizadas no âmbito da GEADD. Assim, para além do desafio de determinar o comportamento de cada componente da dinâmica demográfica, os demógrafos do Brasil e da GEADD terão, para os próximos anos, a tarefa de incorporar estas informações aos estudos, acompanhando as transformações iniciadas neste século e que, ao que tudo indica, contribuirão, de forma positiva, para as análises demográficas, estudos populacionais e para as projeções populacionais.

Referências

BRASIL. *Lei Complementar nº 59, de 22 de dezembro de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp59.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Indicadores sociodemográficos: prospectivos para o Brasil 1991-2030*. São Paulo: UNFPA/IBGE, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais – SIPROJ*: proposta de trabalho para projeto de cooperação técnica entre IBGE/ANIPES. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Texto não publicado.

MADEIRA, João Lyra; SIMÕES, Celso. Estimativas preliminares da população urbana e rural segundo as unidades da federação, de 1960/1980 por uma nova metodologia. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v.33, n.129, p.3-11, jan./mar. 1972.

A evolução dos estudos de mortalidade: do Laboratório de Estatística do IBGE-Centro Brasileiro de Estudos Demográficos até a presente data

Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque¹

Os estudos sobre os níveis e padrões de mortalidade no Brasil, realizados no Centro Brasileiro de Estudos Demográficos – CBED, utilizando informações sobre os óbitos e população por sexo e grupos de idade, iniciaram-se nos finais dos anos de 1960, com a construção da tábua abreviada de mortalidade por sexo e idade, para Estado da Guanabara, tendo como base o período 1959/1961. A informação sobre óbitos era proveniente do Serviço de Estatística Demográfica Moral e Política – Registro Civil e a população do Serviço Nacional de Recenseamento – Censo Demográfico da Guanabara, 1960. Deve-se ressaltar que nessa época não se utilizava metodologias para corrigir o sub-registro de óbitos. Elas surgiram no início dos anos de 1970. Esta tábua abreviada de mortalidade foi transformada em completa utilizando-se os procedimentos que ainda estão vigentes², com pequenas modificações.

Giorgio Mortara, que chefiou o Laboratório de Estatística, antecessor do CBED construiu algumas tábuas de mortalidade para anos anteriores a 1960: “Estudos sobre a mortalidade nos Municípios de Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte e Belém”, publicado na *Revista Brasileira de Estatística*, com os registros existentes na época, que, contudo, eram deficientes. Posteriormente, surgiram metodologias mais sofisticadas que, utilizando informações censitárias, possibilitavam a obtenção de um indicador do nível de mortalidade. Estas metodologias são chamadas de “Métodos Indiretos”, pois utilizam outras informações, e não a informação da distribuição de óbitos por sexo e grupos de idade proveniente das estatísticas vitais. Com este indicador é possível obter uma tábua abreviada de mortalidade, utilizando-se procedimentos de interpolação do indicador calculado, em um conjunto de tábuas-modelo de mortalidade que fornece vários níveis e padrões de mortalidade, representativos de várias regiões do mundo. Um dos primeiros conjuntos de tábua-modelo foi o proposto por Coale & Demeny (1966).

¹ Demógrafo do IBGE.

² Boletim Demográfico do CBED, v.1, n. 4, abr./jun. 1971.

No início dos anos de 1970, mais precisamente, em 1974, no Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais, os demógrafos do CBED, Luiz Armando de Medeiros Frias e Valéria da Motta Leite, apresentaram um conjunto de tábuas-modelo de mortalidade cujo padrão pretendia espelhar a estrutura por sexo e idade da mortalidade brasileira. Uma análise posterior desse estudo demonstrou a necessidade de sua revisão e ampliação, com a finalidade de aprimorar um trabalho cuja essência apresentava bastante validade, fato que ocorreu em 1981 com a publicação Brasil: Tábuas-Modelo de Mortalidade e Populações Estáveis.

Estas tábuas-modelo foram construídas a partir das tábuas abreviadas existentes até então, totalizando 22. Isto significa dizer que foram tábuas de mortalidade construídas com as informações de óbitos oriundos do Registro Civil de Pessoas Naturais e os dados de população obtidos em recenseamentos gerais. A distribuição histórico-geográfica do referido material consta na tabela 1.

**Distribuição das 22 tábuas de vida, por ano de referência,
segundo localização geográfica - Brasil - 1920 a 1970.**

Localização Geográfica	Ano de referência					Total
	1920	1940	1950	1960	1970	
Belém		1				1
Belo Horizonte		1			1	2
Curitiba					1	1
Distrito Federal	1	1	1	1(*)	1(*)	5
Distrito Federal e treze municípios da Capital	1					1
Estado de São Paulo			1	1	1	3
Municípios de São Paulo		1	1			2
Niterói					1	1
Porto Alegre		1			1	2
Recife		1				1
Salvador		1			1	2
Vitória					1	1
Total	2	7	3	2	8	22

Fonte: IBGE, FRIAS, L. A. M. Tábuas-Modelo de mortalidade e populações estáveis, 1981.

(*) Refere-se, em 1960, ao Estado da Guanabara e, em 1970, à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A partir destas tábuas-modelo de mortalidade, que retratavam a mortalidade da população brasileira e, utilizando-se de metodologias indiretas, foi possível construir as tábuas abreviadas de mortalidade para o Brasil, para os seguintes anos: 1940, 1950, 1960 e 1970.

A partir do Censo Demográfico de 1970, o IBGE insere no questionário da amostra quesitos que investigavam, para as mulheres, o número de filhos tidos nascidos vivos nos últimos 12 meses anteriores à data de referência do Censo, os filhos tidos nascidos vivos e destes quantos estavam vivos na data do Censo (filhos sobreviventes), que permitiram a obtenção dos níveis e padrões de fecundidade e estimativas da mortalidade infantil e na infância. A razão da inserção destes quesitos no Censo Demográfico foram as deficiências encontradas nos registros vitais, tanto de nascimentos como no de óbitos. Em 1975, o IBGE, através do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos – CBED, divulga o primeiro volume da série Estatísticas do Registro Civil, referente ao ano de 1974, contendo as informações sobre a distribuição dos óbitos por sexo e grupos de idade. No final dos anos de 1960 e início da década de 1970, surgem as metodologias para se corrigir o sub-registro de óbitos, a partir dos 5 anos de idade, cuja ocorrência é maior nas regiões Norte e Nordeste do País. Para a construção da tábua abreviada, de 1980, a mortalidade das crianças menores de 5 anos de idade adveio do bloco de fecundidade do Censo Demográfico e os óbitos para as demais idades provenientes das Estatísticas do Registro Civil, devidamente corrigidos.

Para os anos de 1980, 1991 e 2000, os procedimentos e as fontes de dados para a construção da tábua abreviada de mortalidade seguiram os adotados para o ano de 1980. Em 1999, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, do Decreto nº 3.266, de 29 de novembro de 1999, o IBGE passou a divulgar, anualmente, até o dia primeiro de dezembro de cada ano, a Tábua Completa de Mortalidade para o total da população brasileira, referente ao ano anterior. Essas informações subsidiam o cálculo do fator previdenciário para fins das aposentadorias das pessoas regidas pelo Regime Geral da Previdência Social. De forma que a primeira tábua completa de mortalidade divulgada pelo IBGE para fins previdenciários é a do ano de 1998.

Durante os anos 2000, a cobertura do registro de óbitos sofreu profundas melhoras segundo as duas fontes de dados existentes: as Estatísticas do Registro Civil (IBGE) e o Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde. Em 2010, as tábuas de mortalidade para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação foram construídas com algumas mudanças nos procedimentos adotados: a) a mortalidade das crianças menores de 1 ano levando-se em consideração as informações contidas no bloco de fecundidade do Censo Demográfico e b) a mortalidade de crianças entre 1 a 4 anos de idade obtida a partir do registros de óbitos, sendo corrigida pela mesma metodologia de correção dos óbitos dos maiores de 5 anos. Devido à melhoria na cobertura do registro de óbitos, em algumas Unidades da Federação, não foi necessário utilizar nenhum procedimento descrito anteriormente, aceitando-se a informação proveniente das Estatísticas Vitais. Nas Unidades da Federação em que os registros de óbitos ainda padecem de cobertura, sobretudo os estados das Regiões Norte e Nordeste, os procedimentos de correção de registros de óbitos permaneceram.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 3.266, de 29 de novembro de 1999*. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3266.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

COALE, A.J.; DEMENY, P. *Regional model life tables and stable population*. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

FRIAS, L.A.M. *Tábuas-Modelo de mortalidade e populações estáveis*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Boletim Demográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 4, abr/jun. 1971.

MORTARA, Giorgio. Cálculo de taxas de mortalidade segundo grupos de idade, por sexo, e construção de tábuas de sobrevivência, conforme a mortalidade do período 1939-41, para os Municípios do Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte e Belém. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 29, p. 58-66, jan./mar. 1947.

A importância dos estudos migratórios no IBGE

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira¹

Historicamente, os estudos a respeito do fenômeno demográfico, conduzidos pelo IBGE, tinham como fonte de dados as pesquisas domiciliares, inicialmente, utilizando-se os Censos Demográficos e, posteriormente, incluindo as informações intercensitárias disponibilizadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

Jardim (2011), fazendo um recorrido das investigações sobre migrações internas no Brasil, cobrindo o período 1970-2010, apontava que as mudanças introduzidas ao longo do tempo refletiam aproximações das transformações ocorridas na economia e sociedade brasileiras.

Assim, nos Censos Demográficos realizados de 1872 até 1920, ou seja, nos quatro primeiros censos, a questão latente era a imigração internacional. Era o auge das migrações transoceânicas, impelidas pelo capitalismo ainda incipiente que não lograva absorver a mão-de-obra ofertada pela etapa da transição demográfica europeia. Em 1930 o Censo não foi realizado. Era uma fase de declínio nos fluxos internacionais e de fortes restrições à entrada de estrangeiros no país. A partir dos anos 1930, a migração internacional deixa de ter protagonismo na dinâmica demográfica brasileira

Quando o Censo foi retomado, em 1940, o foco na investigação das migrações passou a ser os movimentos internos de população. No Censo Demográfico de 1960, visando minimizar os custos de operação foi introduzido o processo de amostragem, com a utilização de dois questionários (CUNHA, 2017).

Em 1970, as atenções estavam voltadas para a apreensão dos fluxos migratórios rurais-urbanos, que se intensificavam na década de 1960, em meio aos processos de industrialização e urbanização no país. Dessa forma, investigou-se a nacionalidade, a Unidade da Federação ou país de nascimento, tempo de residência e situação do domicílio anterior. Para os estrangeiros perguntou-se sobre a última etapa migratória, se UF ou país estrangeiro. No Censo Demográfico de 1980, além dos quesitos investigados anteriormente, ampliou-se a informação de última etapa para todos informantes; detalhou-se a questão da situação do domicílio no nível municipal, dado que o êxodo rural

¹ Demógrafo da Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

ainda era massivo na década de 1970. Além disso, o fenômeno da metropolização, com a consequente periferização de parte da população migrante, levou o IBGE a pesquisar os deslocamentos pendulares.

Cabe ressaltar que, entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU, estimulado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, celebrou uma parceria com o IBGE para levar a cabo estudos sobre a temática migratória. Essa investigação, liderada pela pesquisadora Mary Garcia Castro, tinha por objetivo, fundamentalmente, pesquisar a inserção do migrante na sociedade de destino, com foco no acesso ao mercado de trabalho, rendimento, condições de moradia e mobilidade urbana.

O Censo Demográfico de 1991 levou a campo um dos questionários mais completos para o estudo das migrações. Nele foram mantidas as temáticas anteriores, com exceção da pendularidade, que, sem explicação aparente, não foi incluída, e foi acrescentada a pergunta do lugar de moradia numa data fixa há 5 anos antes do período referência do Censo, possibilitando o cálculo por método direto dos saldos migratórios nas escalas regional, estadual, municipal e intramunicipal.

A PNAD 1992 foi a campo incorporando os avanços introduzidos nos Censos Demográficos para a investigação das migrações internas, mas com limitações para a identificação das imigrações internacionais, uma vez que fornecia os volumes, mas não era robusta o suficiente para identificar o país de origem.

Em 2000, os fluxos de natureza rural-urbana já haviam arrefecido e as perguntas sobre a situação do domicílio não foram investigadas. A investigação sobre os deslocamentos pendulares retornam, identificando-se as motivações por trabalho ou estudo. Seguiu-se perguntando sobre a residência anterior numa data fixa, sem, contudo, identificar o município de moradia.

O Censo Demográfico de 2010 incorporou novos avanços, passando a pesquisar, no questionário básico, a emigração internacional. Manteve os aspectos pesquisados em 2000, retornou com pergunta de data fixa para o município de residência e refinou a investigação sobre movimentos pendulares, em separado nos blocos trabalho e educação.

Ainda no âmbito das pesquisas domiciliares, a ideia é que a PNAD Contínua, anualmente, trate no módulo básico: a nacionalidade, naturalidade e última etapa. Um suplemento seria aplicado a cada 3/5 anos, buscando um maior detalhamento dos aspectos qualitativos do fenômeno, como as etapas migratórias, as redes sociais, escolaridade e inserção laboral no lugar de residência anterior e motivação para empreender o movimento². Outra possibilidade, ainda em discussão, gira ao redor de uma pesquisa “solteira” sobre as componentes demográficas.

Em relação aos registros administrativos, temos avançado em estudos sobre a imigração regular de estrangeiros a partir do uso de bases de dados do Departamento de Polícia Federal/Sistema de Tráfego Internacional – STI e Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros – SINCRE; e do Ministério do Trabalho/Coordenação Geral de Imigração – CGIg, Conselho Nacional de Imigração – CNIg, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e Cadastro Geral de Admitidos e Demitidos – CAGED. Com os dados do STI é possível acompanhar a tendência de entradas e saídas pelos postos de fronteira, separando as classificações de interesse, ou seja, aquelas que não estão associadas ao turismo e ao trânsito. O SINCRE possui registros de estrangeiros, o que fornece uma informação sobre a migração regular. Nos dados do Ministério do Trabalho é possível extrair informações sobre as autorizações de trabalho concedidas pela CGIg/CNIg, a inserção do migrante no mercado formal (RAIS) e sua movimentação (CAGED).

Os próximos passos serão dados no sentido de: i) identificar o status migratório do estrangeiro no mercado de trabalho; ii) estabelecer Acordo de Cooperação Técnica

² Com vistas a qualificarmos os determinantes dos movimentos migratórios internos, realizou-se uma primeira tentativa, através de teste piloto na PNAD-Contínua, para o Rio de Janeiro, em 2013, em relação às redes sociais, Trajetórias e Trabalho, como fatores determinantes para a explicação dos deslocamentos migratórios internos, que tendem a serem seletivos, em relação ao mercado de trabalho.

com os Ministérios do Trabalho e da Justiça e Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal e Universidade de Brasília/Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, visando a harmonização e integração dessas bases de dados.

Em relação ao processo de harmonização dos bancos de dados, Oliveira (2016) aponta caminhos a serem percorridos no sentido de identificar relacionamentos e complementariedade entre essas bases, reconhecendo potencialidades e limitações em cada uma delas.

Pensando os estudos sobre as migrações internas, a expectativa é que o “e-social”, sistema de informação do Ministério do Trabalho, hoje voltado para gestão do trabalhador doméstico, seja ampliado agregando as demais bases, como a RAIS e o CAGED. Nessa reformulação, informações antes contidas na RAIS MIGRA¹⁴ seriam reabilitadas, de modo a proporcionar o conhecimento da mobilidade espacial e laboral do trabalhador inserido no mercado formal.

Enfim, como apontava Jardim (2011), os estudos migratórios realizados pelo IBGE foram evoluindo de forma a mais bem apreender os processos em transformação na sociedade brasileira associados à mobilidade humana.

Referências

CUNHA, A.S. *Os censos demográficos brasileiros e a evolução dos quesitos de migração, suas potencialidades e suas limitações, 1872-2010*. Disponível em: <https://www.academia.edu/8922730/Os_censos_demogr%C3%A1ficos_brasileiros_e_a_evolu%C3%A7%C3%A3o_dos_quesitos_de_migra%C3%A7%C3%A3o_suas_potencialidades_e_suas_limita%C3%A7%C3%B5es_1872-2010>. Acesso em 28 set. 2017.

JARDIM, Antônio de Ponte. A investigação das migrações internas, a partir dos Censos Demográficos brasileiros de 1970 a 2010. In: OLIVEIRA, Luiz A.P.; OLIVEIRA, Antônio T. R. (orgs.) *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e Análises: Informação Demográfica e Socioeconômica, nº1).

OLIVEIRA, Antônio T.R. Relacionamento e complementariedade entre as fontes de dados sobre migrações internacionais: um estudo exploratório revisado. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; ARAUJO, D. (orgs.). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016.

¹⁴ A RAIS MIGRA era um extrato da Relação Anual de Informações Sociais, que permitia identificar a mobilidade laboral e geográfica dos empregados. Essa extração foi descontinuada e a previsão é a de que seu conteúdo passe a constar nas informações a serem prestadas pelos empregadores no “e-social”.

Evolução dos estudos de fecundidade no IBGE

Leila Regina Ervatti¹

As mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres pautam os estudos da fecundidade no Brasil. Na década de 1960 o nível da fecundidade no Brasil passava de 6 filhos por mulher. Estudos apontam que uma primeira queda da fecundidade, num ritmo lento, tenha ocorrido no início do século XX até o início da década de 1940 se estabilizando até os anos 1960, quando se iniciou a queda nos níveis de fecundidade na sua forma mais abrupta em todo o Brasil (IBGE, 2015).

Os estudos sobre o nível e padrão de fecundidade eram feitos com base em informações coletadas nos censos demográficos. Desde 1940 os censos perguntam sobre o número de filhos tidos nascidos vivos, nascidos mortos e sobreviventes. No Censo Demográfico 1970 foi incluída, pela primeira vez, a pergunta sobre o número de filhos nascidos vivos no ano anterior à data de referência do Censo. Este foi um período produtivo no que diz respeito às técnicas indiretas de mensuração dos indicadores demográficos que se utilizavam das informações censitárias. Essas técnicas são utilizadas até os dias atuais para estimação do nível e do padrão da fecundidade em regiões onde os registros ainda são incipientes.

Naquele período, os estudos da fecundidade se concentraram na busca dos determinantes para a queda dos níveis da fecundidade, com base na experiência de países que tinham passado pela transição demográfica. As explicações para o rápido declínio do nível da fecundidade, seus determinantes e os diferenciais regionais são temas recorrentes e pautam as análises.

A partir desse conjunto de perguntas, incluídas no Censo Demográfico, e considerando a abrangência desse tipo de levantamento, o período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990 foi importantíssimo para a análise e o entendimento sobre o comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras. A permissibilidade dos Censos para analisar o comportamento da fecundidade por Grandes Regiões e para os estados refletiu as desigualdades regionais, revelando um grande diferencial comportamental na população em relação ao padrão reprodutivo. Além disso, a possibilidade de cruzamento desta variável com outras variáveis investigadas, a partir de 1980, como

¹ Demógrafa do IBGE e Gerente de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica – GEADD.

escolaridade da mãe, trabalho, renda, cor ou raça, permitia, embora com alguns cuidados, uma análise que poderia qualificar as alterações nos padrões reprodutivos.

Não só o nível da fecundidade, mas também o seu padrão etário, dado pela distribuição dos nascimentos pela idade da mãe, vêm passando por profundas transformações, transitando de um padrão jovem concentrado nas idades entre 15 e 24 anos para um padrão cada vez mais tardio, com concentração em idades cada vez mais avançadas. Os dados censitários permitiram, na década de 2000, a realização de estudos mais aprofundados e possibilitaram identificar grandes diferenciais regionais que espelham as desigualdades sociais no Brasil.

A última década foi decisiva na melhoria dos registros vitais, observando-se um avanço significativo na melhora da cobertura e qualidade dos registros de nascimentos para o Brasil como um todo, embora ainda persistam Regiões com problemas de sub-registro. Este fato muda substantivamente os procedimentos até então adotados para a obtenção e análise dos indicadores de fecundidade. Além disso, o avanço na qualidade de outras fontes de dados de registros administrativos servirá como balizadores para as estimativas produzidas pelo IBGE.

Cabe ressaltar que a melhora na qualidade dos registros administrativos não elimina a necessidade da inclusão do bloco de fecundidade no próximo Censo Demográfico, em 2020, pois somente nesse levantamento é possível qualificar a análise da fecundidade através do cruzamento com as demais variáveis investigadas. Além disso, a avaliação dos padrões reprodutivos com base em informações sobre anticoncepção e planejamento da fecundidade, desagregadas regionalmente, será decisiva na elaboração das hipóteses futuras desta componente nas projeções de população, um dos maiores desafios dos demógrafos.

Aos demógrafos do IBGE, encarregados de elaborar as projeções populacionais, desagregadas por Unidade da Federação, fica o desafio de criar hipóteses futuras para o comportamento da fecundidade, ou seja, pensar nas seguintes questões: o nível da fecundidade continuará em queda? Se sim, qual o ritmo desta queda? Esta queda se dará regionalmente da mesma forma? O padrão etário da fecundidade continuará mudando? As mulheres continuarão a adiar a maternidade? Até quando? Qual o nível limite da Taxa de Fecundidade Total para o Brasil. Quando se dará a convergência entre as Unidades da Federação?

Enfim, são questões que ganham relevância à medida que os níveis de mortalidade permanecem em patamares relativamente baixos e a fecundidade passa a ter um papel determinante, ditando o ritmo da dinâmica populacional e das mudanças na estrutura etária da população.

Referências

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Texto histórico

(edição fac-similar)

Observações sobre a declaração de filhos tidos nascidos mortos*

Valéria da Motta Leite

* LEITE, Valéria da Motta. Observações sobre a declaração de filhos tidos nascidos mortos. *Boletim demográfico do CBED*, Rio de Janeiro: IBGE, v.3, n. 3, p. 4-12, 1973. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/29/boletim_demografico_1973_v3_n3.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

OBSERVAÇÕES SOBRE A DECLARAÇÃO DE FILHOS TIDOS NASCIDOS MORTOS

Valéria da Motta Leite

No Censo brasileiro de 1970, indagou-se, para as mulheres de 15 anos e mais, o número de filhos tidos nascidos vivos e nascidos mortos. Esta informação também foi recolhida no Censo de 1940.

A Tabela I mostra os valores observados. Estes valores nos permitem calcular a proporção de nascidos mortos por mulher e a proporção de nascidos mortos entre o total de nascimentos. Os resultados encontrados estão apresentados na Tabela II.

É de estranhar que, apesar do declínio da mortalidade no Brasil durante o período 1940-70, a proporção de nascidos mortos aumentasse para todos os grupos de idades. Além disso, como assinala Mortara⁽¹⁾, os valores encontrados para 1940 já eram demasiadamente altos e propunha que se adotasse como 5% do total dos nascimentos aqueles que correspondiam aos nascidos mortos e, ainda assim, considerava esta proporção bastante elevada.

Com o intuito de verificar se era viável aceitar o valor proposto por Mortara, buscaram-se algumas comparações internacionais, utilizando-se países que possuem estatísticas confiáveis.

(1) MORTARA, Giorgio. Determinação da fecundidade feminina segundo a idade conforme o Censo de 1940, e aplicações ao cálculo da taxa de natalidade, da tábua de fecundidade e do coeficiente de reprodução, para a população do Brasil. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, 8 (30/31): 255-84, abr./set. 1947, tab., gráf.

TABELA I

BRASIL: FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS E NASCIDOS MORTOS PARA AS MULHERES DE 15 ANOS

GRUPOS DE IDADE	1 9 4 0						1 9 7 0					
	Número de mulheres		Total de filhos tidos nasc. vivos		Filhos tidos nasc. mortos		Número de mulheres		Total de filhos tidos nasc. vivos		Filhos tidos nasc. mortos	
15 - 19	2 286	293 251	277 512	15 739	5 269	601	706 401	655 628	50 773			
20 - 24	1 977	508 144 616	2 004 891	139 725	4 359	117	4 705 353	4 384 591	320 762			
25 - 29	1 707	064 408 577	4 102 444	306 133	3 344	486	8 683 018	8 049 721	633 297			
30 - 34	1 281	173 193 039	4 822 565	370 474	5 464	727	24 604 855	22 679 090	1 925 765			
35 - 39	1 154	010 181 185	5 720 048	461 137	4 006	802	23 122 225	21 066 135	2 056 090			
40 - 44	946	182 848 329	5 395 285	453 044	2 651	717	15 697 753	14 204 445	1 493 308			
45 - 49	705	963 746 522	4 369 318	377 204	1 517	535	9 252 490	8 398 806	853 684			
50 - 54	991	454 681 857	6 143 161	538 696	904	549	5 761 536	5 245 447	516 089			
55 - 59	551	434 759 153	3 464 744	294 409								
60 - 64												
65 - 69												
70 e mais												

TABELA II

BRASIL: PROPORÇÃO DE NASCIDOS MORTOS POR 1 000 MULHERES E
PROPORÇÃO DE NASCIDOS MORTOS POR 1 000 NASCIMENTOS

GRUPOS DE IDADE	PROPORÇÃO DE NASCIDOS MORTOS P/1 000 MULHERES		PROPORÇÃO DE NASCIDOS MOR TOS P/1 000 NASCIMENTOS	
	1940	1970	1940	1970
15 - 19	6,884	9,635	53,671	71,876
20 - 24	70,657	73,584	65,152	68,170
25 - 29	179,333	189,356	69,440	72,935
30 - 34	289,168	352,399	71,341	78,268
35 - 39	399,595	513,150	74,603	88,923
40 - 44	478,813	563,148	77,466	95,129
45 - 49	534,311	562,546	78,318	92,265
50 - 54	543,339	570,584	76,010	89,57
55 - 59	533,849			
60 - 64				
65 - 69				
70 e mais	509,211			

Para esses países, as informações não são obtidas como para o Brasil, através do Censo. Elas são extraídas do registro civil e para que sejam comparáveis com os dados brasileiros, são necessários uns poucos cálculos adicionais.

Os valores apresentados na Tabela III foram extraídos do Anuário Demográfico das Nações Unidas. A partir desses valores, multiplicando-se as taxas de natalidade de cada grupo pelas respectivas taxas de mortalidade fetal tardia e, dividindo-se por mil, se tem o número de mortes fetais por mil mulheres.

TABELA III

TAXAS DE NATALIDADE E TAXAS DE MORTALIDADE FETAL TARDIA (por 1 000)

GRUPOS DE IDADE	NASCIDOS VIVOS POR 1 000 MULHERES			NASCIDOS MORTOS POR 1 000 NASCIDOS VIVOS		
	Suécia 1965	USA 1965	Chile 1966	Suécia 1965	USA 1965	Chile 1966
menos de 20	26,2	33,8	34,3	9,5	14,6	23,3
20 - 24	140,9	196,8	202,4	8,5	12,6	19,9
25 - 29	154,0	162,4	204,5	9,0	14,2	21,7
30 - 34	89,3	95,0	161,5	12,0	19,7	29,2
35 - 39	39,3	46,4	127,2	17,8	27,8	37,2
40 - 44	9,9	12,8	50,9	21,0	41,8	45,7
45 e mais	0,7	0,8	8,9	32,4	68,5	56,4

FONTE: Anuário Demográfico - 1969, Nações Unidas.

TABELA IV

NÚMERO DE MORTES FETAIS POR 1 000 MULHERES
 SEGUNDO A IDADE DA MULHER

GRUPOS DE IDADE	SUECIA 1965	USA 1965	CHILE 1966
Menos de 20	0,2489	0,5002	0,7992
20 - 24	1,1977	2,4797	4,0278
25 - 29	1,3860	2,3061	4,4377
30 - 34	1,0716	1,8715	4,7158
35 - 39	0,6995	1,2899	4,7318
40 - 44	0,2079	0,5350	2,3261
45 e mais	0,0227	0,0548	0,5020

Essas taxas para cada intervalo de idade das mulheres, são um valor médio por um ano. Multiplicando-se esses valores pela amplitude do intervalo (para o primeiro e o último intervalo também são consideradas amplitudes de 5 anos), se obtém o número médio dos nascidos mortos para o total de mulheres que se encontram no intervalo e a acumulação desses valores corresponde: ao número médio de nascidos mortos por mulher, ao final do intervalo de idade. Aplicando um procedimento análogo às taxas de

natalidade que aparecem na Tabela III, se obtém o número médio de nascidos vivos, por mulher, ao final do intervalo de idade.

Os resultados encontrados estão apresentados na Tabela V.

TABELA V

NÚMERO MÉDIO DE NASCIDOS VIVOS E NASCIDOS MORTOS POR 1 000 MULHERES

IDADE EXATA	NASCIDOS VIVOS P/1000MULHERES			NASCIDOS MORTOS P/1000MULHERES		
	Suécia 1965	USA 1965	Chile 1966	Suécia 1965	USA 1965	Chile 1966
15	0	0	0	0	0	0
20	131.0	169.0	171,5	1,2445	2,5010	3,9960
25	835.5	1153.0	1183,5	7,2330	14,8995	24,1350
30	1605.5	1965.0	2206,0	14,1630	26,4300	46,3235
35	2052,0	2440.0	3013,5	19,5210	35,7875	69,9025
40	2248.5	2672.0	3649,5	23,0185	42,2370	93,5615
45	2298.0	2736.0	3904,0	24,0580	44,9120	105,1920
50	2301.5	2740.0	3948,5	24,1715	45,1860	107,7020

Agora, é possível comparar estes resultados com os obtidos através dos Censos brasileiros, considerando que a informação para um intervalo se refere a seu ponto médio e interpolando linearmente para determinar os valores para as idades exatas 20, 25 ... 50.

Esses resultados se encontram nas Tabelas VI e VII e estão representados nos Gráficos 1 e 2. Além desses valores se agregou os valores obtidos através do mesmo procedimento para os Estados Unidos - 1940 e a correção proposta por Mortara.

TABELA VI

NÚMERO MÉDIO DE NASCIDOS MORTOS POR 1 000 MULHERES

(continua)

IDADE EXATA	SUÉCIA 1965	USA 1944	USA 1965	CHILE 1966	BRASIL 1940	BRASIL 1970
15	0	0	0	0	0	0
20	1,2445	6,5665	2,5010	3,9960	38,7705	41,6095

TABELA VI

NÚMERO MÉDIO DE NASCIDOS MORTOS POR 1 000 MULHERES

(conclusão)

IDADE EXATA	SUECIA 1965	USA 1944	USA 1965	CHILE 1966	BRASIL 1940	BRASIL 1940
25	7,2330	20,3500	14,8995	24,1350	124,9950	131,4700
30	14,1630	34,1195	26,4300	46,3235	234,2505	243,7037
35	19,5210	46,3760	35,7875	69,9025	344,3815	352,3990
40	23,0185	56,1895	42,2370	93,5615	439,2040	432,7745
45	24,0580	60,2470	44,9120	105,1920	506,5620	513,1500
50	24,1715	60,7385	45,1860	107,7020	537,3420	538,1490

TABELA VII

NÚMERO MÉDIO DE NASCIDOS MORTOS POR 100 NASCIMENTOS

IDADE EXATA	SUECIA 1965	USA 1944	USA 1965	CHILE 1966	BRASIL 1940	BRASIL 1970
20	0,94	2,49	1,46	2,28	5,94	7,00
25	0,86	2,06	1,28	2,00	6,73	7,06
30	0,87	2,05	1,33	2,06	7,04	7,31
35	0,94	2,17	1,45	2,27	7,30	7,83
40	1,01	2,33	1,56	2,50	7,60	8,36
45	1,04	2,42	1,62	2,62	7,85	8,89
50	1,04	2,43	1,62	2,66	7,95	9,20

Os valores encontrados não deixam a menor dúvida que o número de nascidos mortos nos Censos brasileiros estão declarados em número muito maior do que deve ser na realidade, tanto para 1940 quanto para 1970.

Os erros nas declarações podem ter duas origens:

- os nascidos vivos que falecem pouco tempo depois do nascimento são declarados como nascidos mortos;
- os abortos são declarados como nascidos mortos.

Gráfico 1

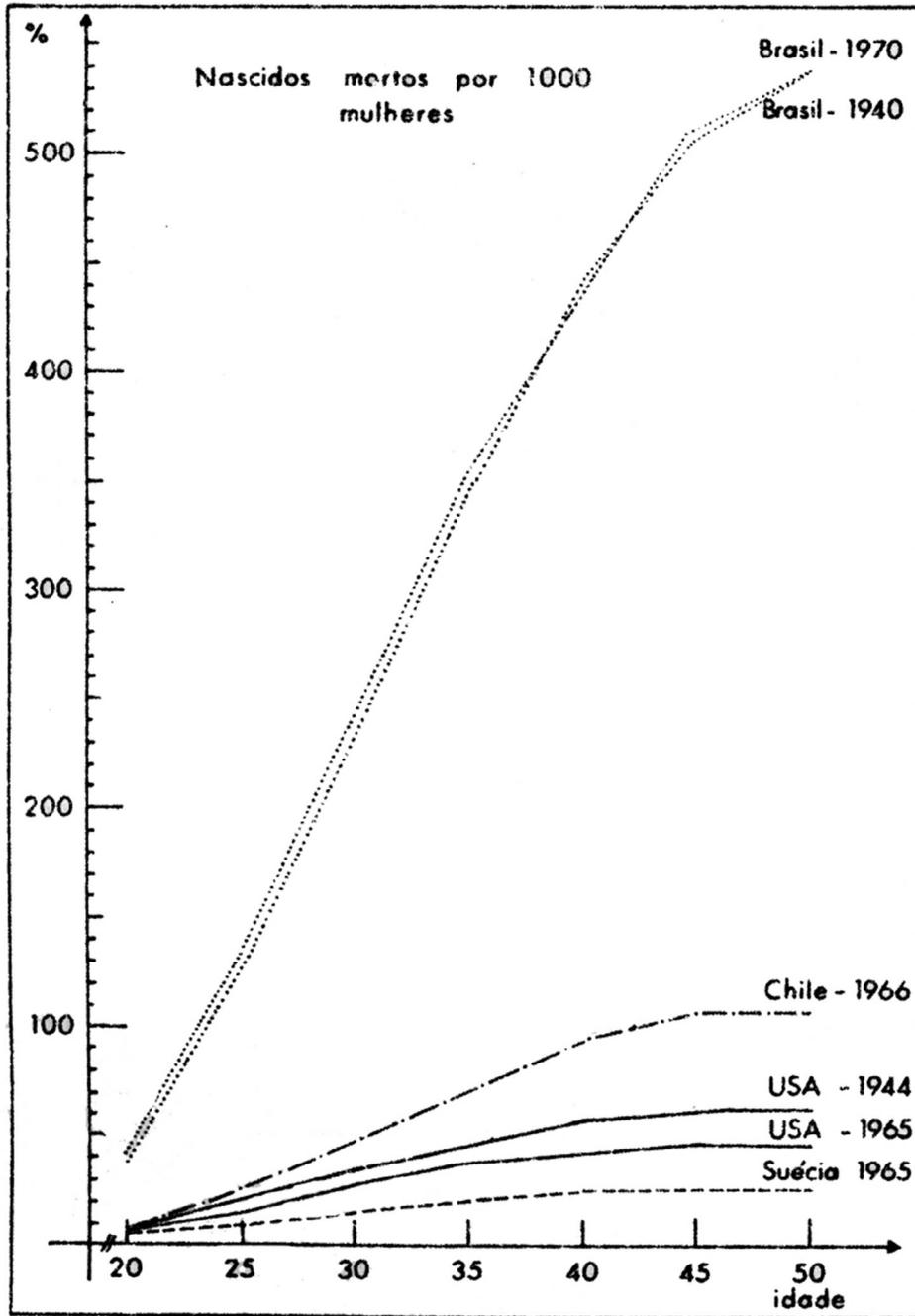
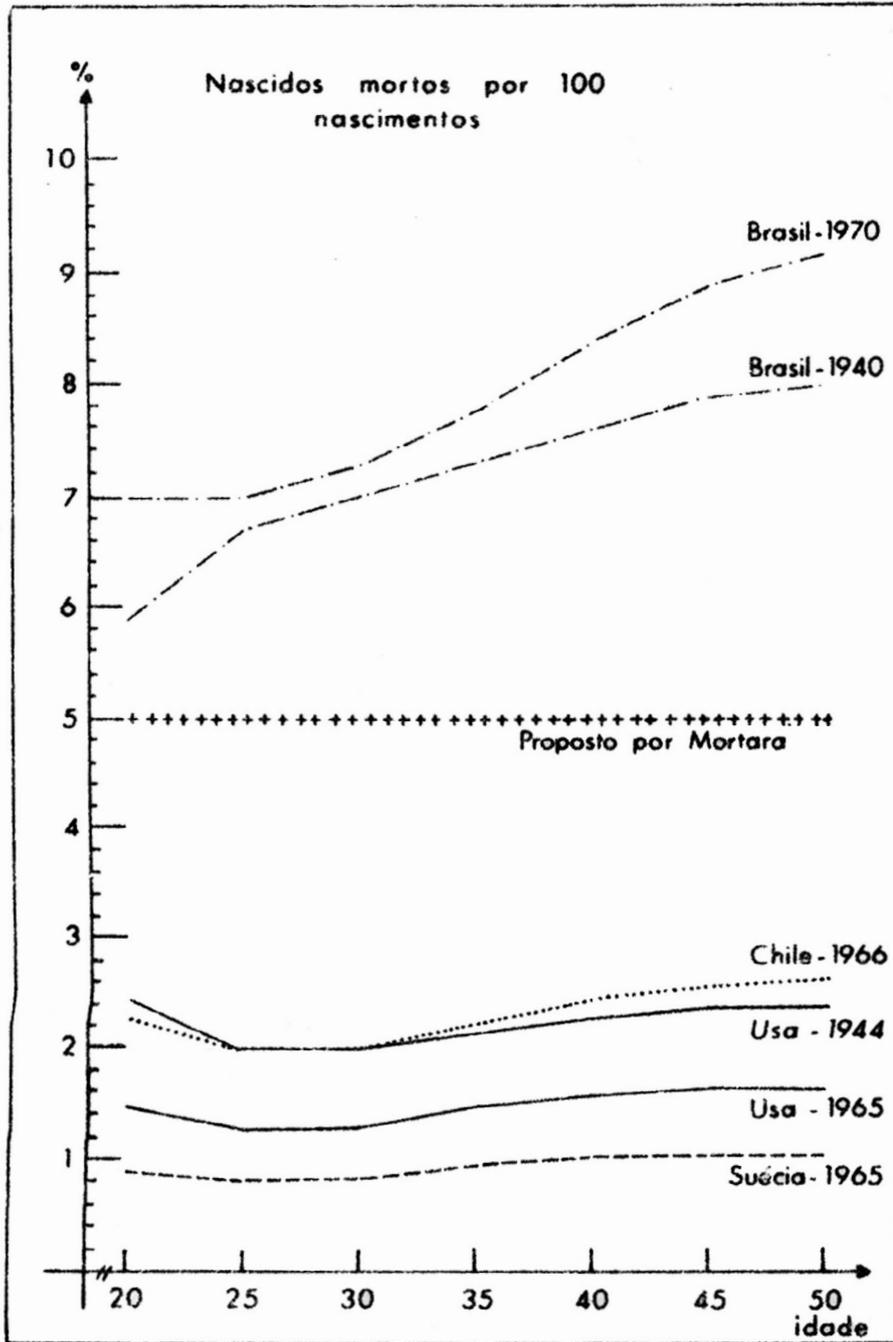


Gráfico 2



É necessário ter em mente esses dois tipos de erros quando se pretende corrigir a informação, pois, segundo se atribua maior importância a um ou a outro, isso repercute nas medidas de fecundidade e de mortalidade.

Resumo

O trabalho teve como objetivo, verificar a qualidade da informação sobre filhos vivos, nascidos vivos e nascidos mortos, obtida através dos censos brasileiros de 1940 e 1970. Para tal, foi feita uma análise comparativa dos dados brasileiros com informações de outros países.

Abstract

This study was designed to determine the quality of the data on children born alive, and born dead, obtained by the Brazilian censuses of 1940 and 1970. For this, a comparative analysis of Brazilian data with those of other countries was carried out.

Sobre os autores

Antonio de Ponte Jardim

Sociólogo, Mestre em Ciências Sociais - Estudos Sociais da População pelo Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía – CELADE e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO, e Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

Antonio Tadeu Ribeiro de Oliveira

Estatístico, Especialista em Demografia pelo Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía – CELADE, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Doutor em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, e Pós-Doutorado no Departamento de Ecologia Humana e População, da Faculdade de Sociologia II, da Universidad Complutense de Madri. Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

Celso Cardoso da Silva Simões

Mestre em Planejamento Urbano pelo então Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano – PUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e Doutorado em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque

Estatístico e Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE do IBGE. Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

Leila Regina Ervatti

Contadora e Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE do IBGE. Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas. Atualmente, é Gerente de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica da Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Luiz Antonio Pinto de Oliveira

Sociólogo, Mestre em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Valéria da Motta Leite

Estatística formada pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, ingressou no IBGE em 1968. Completou sua formação ao cursar o Mestrado em Demografia na University of Pennsylvania (EUA). Sempre identificada com a área de população, trabalhou de forma alternada ou simultânea nas estatísticas primárias e derivadas, quando ocupou a chefia do Departamento de Estudos de População – DESPO, dirigiu a Superintendência de Estatísticas Primárias – SUESP e a Diretoria de População e Social – DPS. Coordenou o Censo demográfico 1991, aposentando-se em 1993.

Anexo

Painéis Exposição 50 anos do Centro Brasileiro
de Estudos Demográficos 2017



Seminário
50
ANOS do **CBED**
Centro Brasileiro
de Estudos
Demográficos



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



A tradição dos estudos demográficos no IBGE remonta ao pioneirismo do professor italiano Giorgio Mortara e de sua atuação desde o Censo Demográfico de 1940. Este notável demógrafo assumiu a função de consultor técnico da Comissão Censitária Nacional e, em seguida, de chefe do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento. Deve-se a ele a incorporação, ao questionário do Censo de 1940, de novos quesitos de investigação demográfica. Em 1948, o Gabinete Técnico é substituído pelo Laboratório de Estatística do IBGE, dedicado ao estudo das estatísticas demográficas, educacionais, de saúde e outras áreas relacionadas. No final da década de 1950, Mortara retorna à Itália.

GIORGIO MORTARA
1885 - 1967

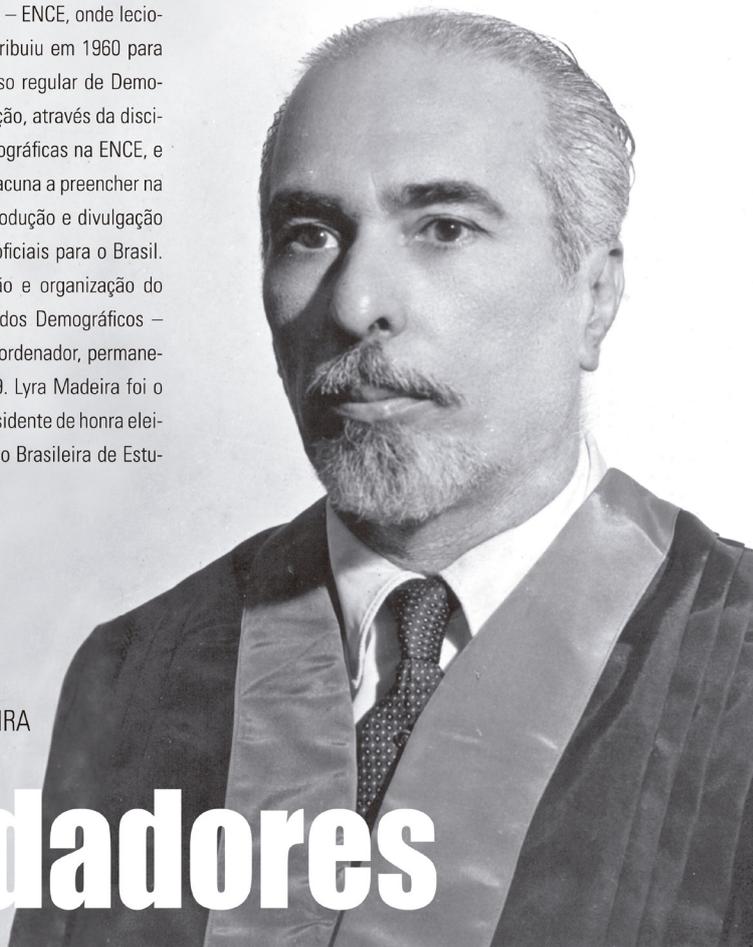
fundadores



Em 1953, o professor João Lyra Madeira foi um dos fundadores da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, onde lecionou várias cadeiras. Contribuiu em 1960 para a criação do primeiro curso regular de Demografia em nível de graduação, através da disciplina de Estatísticas Demográficas na ENCE, e percebeu que havia uma lacuna a preencher na função institucional de produção e divulgação de índices demográficos oficiais para o Brasil. Encarregado da concepção e organização do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos – CBED, foi seu primeiro coordenador, permanecendo na função até 1979. Lyra Madeira foi o primeiro presidente, e presidente de honra eleito em 1977, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP.

JOÃO LYRA MADEIRA
1909 - 1979

fundadores





Seminário
50
ANOS do **CBED**
Centro Brasileiro
de Estudos
Demográficos



IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A criação do CBED

NO contexto da mudança de estatuto, em 1967, o IBGE passava por uma série de alterações em sua estrutura. Foram criados diversos órgãos, entre eles o Centro Brasileiro de Estudos Demográficos – CBED, que ampliava e dava prosseguimento aos estudos de população dirigidos pelo professor Giorgio Mortara, no antigo Laboratório de Estatística. A criação do CBED intensificou a produção de conhecimento demográfico, permitindo a maior compreensão da importância dos estudos da dinâmica da população brasileira, fundamentais para o planejamento e definição de políticas públicas.

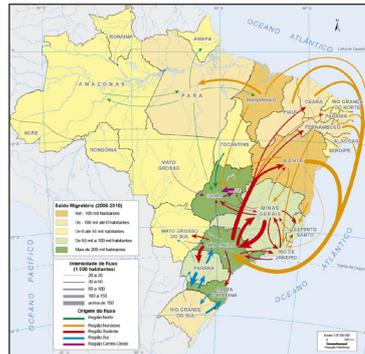




Migração

Como ocorreu com o conjunto da população nacional, os movimentos migratórios de origem rural foram responsáveis pelo intenso processo de urbanização experimentado pelas regiões brasileiras. A partir da década de 1980, os deslocamentos de população iniciam uma fase de mudanças no sentido das correntes principais. Rompe-se o processo bipolar da distribuição espacial no Brasil, que se mantinha desde o início do Século XX. Surgem novos eixos de deslocamentos envolvendo expressivos contingentes populacionais.

Fluxo migratório 2005/2010



Fonte: Censo demográfico 2010. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2014]. tab. 3206. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: out. 2014.

Fluxo de migrações 1960-1990

Entre 1960 e 1980



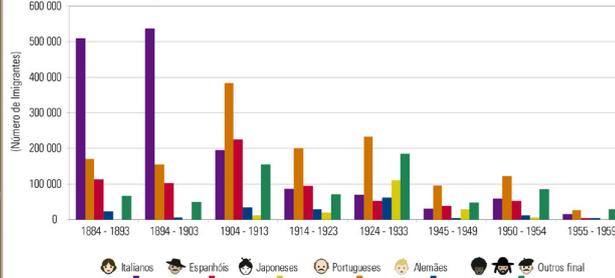
Entre 1980 e 1990



1990 em diante



Imigração por nacionalidade 1884/1959



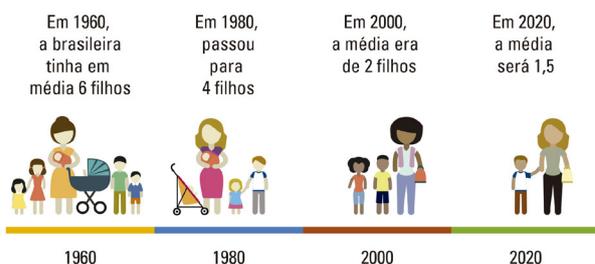
Fonte: Imigração por nacionalidade 1884/1959. In: IBGE. Brasil 500 anos. Estatísticas do povoamento. Rio de Janeiro, [2017]. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/>>. Acesso em: nov. 2017.



Fecundidade

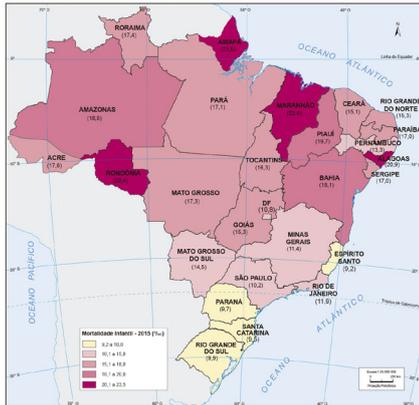
As mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres marcam os estudos da fecundidade no Brasil. Na década de 1960 o nível da fecundidade passava de 6 filhos por mulher. Entre as décadas de 1970 e 1990 a análise do comportamento da fecundidade por grandes regiões e para os estados refletiu as desigualdades regionais, revelando um diferencial comportamental na população em relação ao padrão reprodutivo. A partir de 1980, a possibilidade de cruzamento da variável fecundidade com outras, como escolaridade da mãe, trabalho, renda e cor ou raça, possibilitava qualificar as alterações nos padrões reprodutivos. O nível da fecundidade e o seu padrão etário dado pela distribuição dos nascimentos pela idade da mãe transita de um padrão concentrado nas idades entre 15 e 24 anos para um padrão com idades cada vez mais avançadas.

Fecundidade brasileira - total de filhos por mulher 1960-2020





Mortalidade infantil 2015

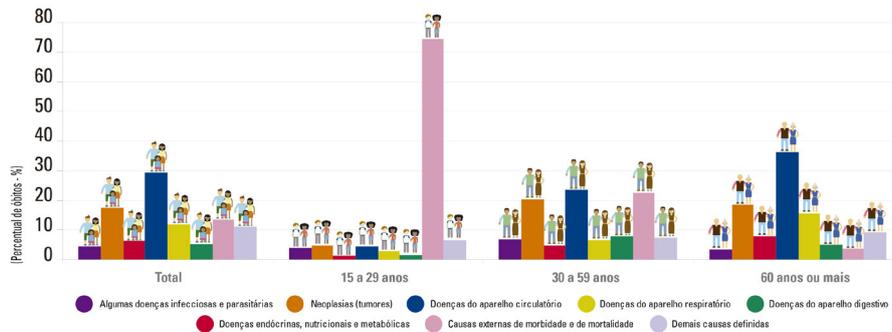


Fontes: 1. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2016/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2017. 2. Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2014. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/140523_relatorioodm.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

Mortalidade

A té meados da década de 1940, o Brasil caracterizou-se pela prevalência de altas taxas de natalidade e de mortalidade. Nesta década a esperança de vida ao nascer era inferior aos 50 anos de idade. A partir desse período, com a incorporação dos avanços da medicina às políticas de saúde pública, o país experimentou uma primeira fase de sua transição demográfica, caracterizada pelo início da queda das taxas de mortalidade, aumentando a esperança de vida ao nascer para aproximadamente 75 anos em 2015. A diminuição dos níveis de mortalidade da população brasileira se deu em todas as idades, contudo com maior intensidade na mortalidade dos menores de 1 ano e das pessoas de idade mais avançadas. A implantação de programas sociais direcionados à saúde pública, bem como a relativa expansão do sistema de saneamento básico, concorreu para mudar sensivelmente o quadro de mortalidade.

Distribuição percentual de óbitos, por grupos de causas definidas, segundo os grupos de idade - Brasil 2014

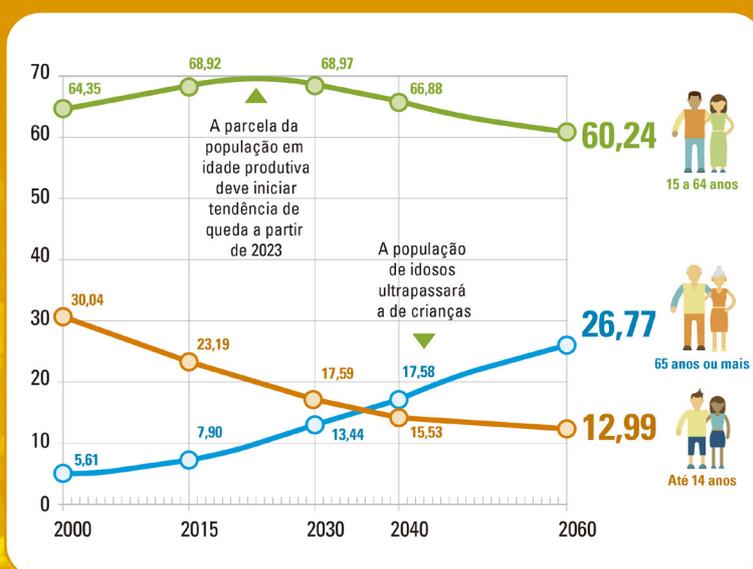


Fonte: Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2016/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2017.



Projeções de população

por faixa etária, segundo projeções do IBGE



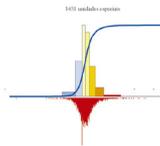
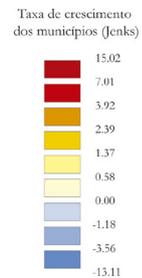
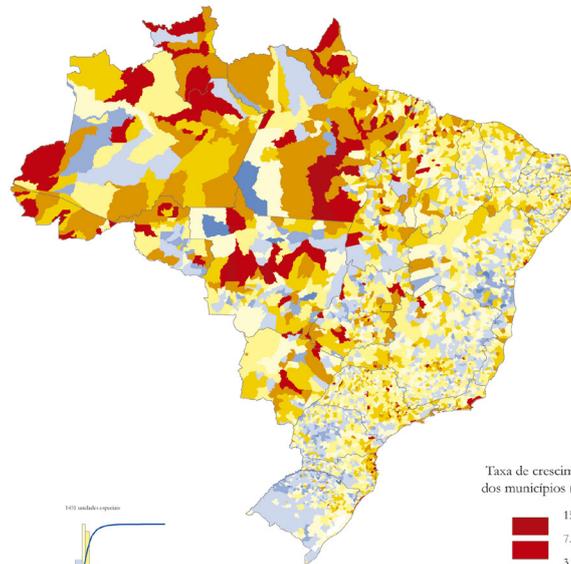
A população brasileira cresceu quase 20 vezes entre 1872 e 2010. Attingiu o máximo de crescimento nas décadas de 1950 e 1960, reduziu o ritmo a partir de 1970 e deve continuar crescendo lentamente até 2030, para, em seguida, fazer a transição para o decréscimo.



Distribuição espacial da população

A ocupação do território brasileiro foi caracterizada por uma grande perda de população rural e uma concentração populacional acentuada nas grandes cidades. A migração foi o principal determinante demográfico desse processo, dado que o crescimento vegetativo foi maior nas áreas de emigração. A tendência das atividades econômicas é de continuar se concentrando nas grandes cidades da Região Sudeste. Isso significa que, no futuro próximo, a população brasileira deverá continuar a se fixar nos grandes centros.

Crescimento populacional 2000-2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 e 2010



Equipe técnica

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

Claudia Rodrigues do Prado

Memória Institucional

Claudio Faria Marques

Fábio Mauro de Carvalho Leite

Leandro Malavota

Vera Abrantes

Diretoria de Pesquisas

Claudio Dutra Crespo

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Barbara Cobo

Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica

Antonio de Ponte Jardim

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira

Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque

Gabriel Mendes Borges

Izabel Guimarães Marri

João Raposo Belchior

Jorge da Silva

Leandro Okamoto da Silva

Leila Regina Ervatti

Luciano Gonçalves de Castro e Silva

Márcio Mitsuo Minamiguchi

Maria Áurea Carmo Canedo

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Katia Vaz Cavalcanti

Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Maria da Graça Fernandes de Lima

Diagramação textual

Maria da Graça Fernandes de Lima

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção do *e-book*

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Impressão e acabamento

Newton Malta de Souza Marques

Helvio Rodrigues Soares Filho

Série Documentos para Disseminação

ISSN 0103-6335

1 – O IBGE e o atendimento à sociedade: (prefácio ao projeto técnico CDDI), de Nelson de Castro Senra e Lídia Vales de Souza.

ISBN 85-240-0329-4. 1990. 43 p.

2 – Projetos de disseminação: contribuição ao estabelecimento de uma metodologia, de Cláudio Alex Fagundes da Silva.

ISBN 85-240-0355-3. 1990. 29 p.

3 – Pensando a disseminação de informações: (o caso do IBGE), de Nelson de Castro Senra.

ISBN 85-240-0459-2. 1993. 39 p.

4 – Memória institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico, de Icléia Thiesen Magalhães Costa.

ISBN 85-240-0446-0. 1992. 40 p.

Subsérie Memória Institucional

ISSN 0103-6459

1 – Teixeira de Freitas: pensamento e ação, de Mario Augusto Teixeira de Freitas.

Organizado pelo Setor de Memória Institucional.

ISBN 85-240-0351-0. 1990. 140 p.

3 – Pró-censo: algumas notas sobre os recursos para o processamento de dados nos recenseamentos do Brasil, de Francisco Romero Feitosa Freire.

ISBN 85-240-0460-6. 1993. 53 p.

4 – A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo, de Eli Alves Penha.

ISBN 85-240-0463-0. 1993. 123 p.

5 – IBGE: um retrato histórico, de Jayci de Mattos Madeira Gonçalves.

ISBN 85-240-0542-4. 1995. 61 p.

6 – Síntese histórica da formação dos Estados, Distrito Federal e Território da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil e divisas interestaduais, de Ildefonso Escobar.

ISBN 85-240-0545-9. 1995. 144 p.

7 – O pensamento de Fábio de Macedo Soares Guimarães: uma seleção de textos.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 85-240-3868-3. 2006. 282 p.

8 – Isaac Kerstenetzky: legado e perfil.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 85-240-3900-0. 2006. 213 p.

9 – Giorgio Mortara: ampliando os horizontes da demografia brasileira.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 85-240-3937-9. 2007. 105 p.

10 – A estatística brasileira e o Esperanto: uma história centenária: 1907-2007.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 85-240-3944-7. 2007. 161 p.

11 – Bulhões Carvalho, um médico cuidando da estatística brasileira.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 978-85-240-3982-9. 2007. 433 p.

12 – Embaixador Macedo Soares: um príncipe da conciliação: recordando o primeiro presidente do IBGE.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 978-85-240-4008-5. 2008. 331 p.

13 - O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 978-85-240-4017-7. 2008. 432 p.

14 - Lyra Madeira, um mestre da demografia brasileira.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 978-85-240-4032-0. 2008. 134 p.

15 - Teixeira de Freitas, Um Cardeal da Educação Brasileira: sua atualidade intelectual.

Organizado por Nelson de Castro Senra.

ISBN 978-85-240-4052-8. 2008. 266 p.

16 - Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro.

Organizado por Marco Aurelio Martins Santos

ISBN 978-85-240-4084-9. 2009. 432 p.

17 - Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010.

ISBN 978-85-240-4208-9. 2011. 264 p.

18 - Christovam Leite de Castro e a Geografia no Brasil.

Organizado por Leandro Malavota.

ISBN 978-85-240-4274-4. 2013. 340 p.

19 - ENDEF

Organizado por Leandro Malavota.

ISBN 978-85-240-4330-7. 2014. 340 p.

20 - PNAD

Organizado por Leandro Malavota, Luigi Bonafé e Vera Abrantes.

ISBN 978-85-240-4364-2. 2015. 202 p.

21 - Indicadores Sociais: passado, presente e futuro

Organizado por André Simões e

Antônio Carlos Alkmim.

ISBN 978-85-240-4424-3. 2017. 174p.

22 - 40 anos da unidade de métodos estatísticos

do IBGE

Organizado por Sonia Albieri e

Antonio José Ribeiro Dias.

ISBN 978-85-240-4430-4. 2017. 214p.

Subsérie Fontes de Documentação

ISSN 0103-6459

1 – A indexação do banco de metadados do IBGE, de Philippe Jean Damian, Marília de Almeida March e

Vera Lucia Cortes Abrantes.

ISBN 85-240-0475-4. 1993. 25 p.

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

O CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

Uma trajetória dos estudos populacionais no IBGE

A história da Demografia no IBGE teve início com os trabalhos para o Censo Demográfico 1940, conduzidos pelo demógrafo italiano *Giorgio Mortara*, que, fundador do então Laboratório de Estatística, muito contribuiu nessa área, especialmente no levantamento, sistematização e análise dos dados demográficos da população brasileira. A partir dessa experiência, estavam, assim, consolidadas as bases para que, em 1967, fosse criado o Centro Brasileiro de Estudos Demográficos - CBED, órgão do IBGE que foi centro de referência nacional nos estudos desse tema. Idealizado pelo professor *João Lyra Madeira* e por ele coordenado até o seu falecimento, em 1979, o CBED tornou-se oficialmente responsável pela elaboração de indicadores demográficos, estudos populacionais e estimativas para o Brasil, Unidades da Federação e Municípios, cumprindo as funções implícitas aos compromissos oficiais do Instituto.

Com o lançamento do presente volume da Série Memória Institucional, o IBGE comemora os 50 anos de criação do CBED, cuja estrutura se mantém até hoje, variando entre o *status* de Coordenação ou Gerência. Atualmente, a Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, da Coordenação de População e Indicadores Sociais, é a unidade organizacional encarregada de produzir e divulgar tais estudos.

Esta publicação visa não só preservar a memória da Demografia na Instituição, como também disseminar o conhecimento acumulado nessa área ao longo do tempo, gerando melhor compreensão das transformações pelas quais a população brasileira vem passando. Estruturada em seis capítulos, de autoria de destacados demógrafos da Casa – *Antonio de Ponte Jardim, Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira, Celso Cardoso da Silva Simões, Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Leila Regina Ervatti e Luiz Antônio Pinto de Oliveira* – ela pretende ainda homenagear o pioneirismo dos demógrafos *Giorgio Mortara* e *Lyra Madeira*, assim como os inúmeros ibgeanos que fizeram parte dessa trajetória, celebrando, sobretudo, as conquistas alcançadas. Complementando seu conteúdo, apresenta-se fac-símile de um estudo realizado pela demógrafa *Valéria da Motta Leite*, também ibgeana, discípula e assistente-técnica de *Lyra Madeira*, que efetua uma análise comparativa das informações sobre filhos tidos, nascidos vivos e nascidos mortos, oriundas do Censo Demográfico 1940 e 1970, com aquelas obtidas por outros países.

A publicação também está disponibilizada no portal do IBGE na Internet.



ISBN 978-85-240-4431-1



9 788524 044311